



# SCIENTIFIC MAGAZINE



PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

[scientificmagazine@hotmail.com](mailto:scientificmagazine@hotmail.com)

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

SCIENTIFIC MAGAZINE - Ano: XIII - nº106- ISSN: 2177-8574

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano XIII, n° 106/Fev- Março- 2019 –  
São Paulo. SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: [scientificmagazine@hotmail.com](mailto:scientificmagazine@hotmail.com)

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua

corresponde ao Ano XIII, n° 106/ 2019

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

### CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. José Contenatto

### Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

### SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

André Luís

### COMISSÃO CIENTIFICA

Prof. Wagner Mendes Da Silva

Profa. Ms. Ana Maria da Silva Reis

Profa. Ms. Silvana Alves Trindade Oliveira

Profa. Ms. Elizangela Aparecida Lima Menezes

Profa. Ms. Iraci Nogueira da Rocha Campos

Profa. Claudia Cordela Fischer Pinheiro da Silva

Profa. Sétima Machado Padilha

Profa. Ms. Rousimeire da Silva Freitas

Prof. Valério Mendes da Silva

Profa. Ms. Adriana Teixeira Vaz



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28º andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: [www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br) ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT–Associação Brasileira de Normas Técnicas

Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: [scientificmagazine@hotmail.com](mailto:scientificmagazine@hotmail.com)

Conselho Editorial - Scientific Magazine – São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

# SUMÁRIO

ESPORULAÇÃO E CRESCIMENTO MICELIAL DO FUSARIUM OXYSPURUM EM DIFERENTES MEIO DE CULTURA E REGIME A VALORIZAÇÃO DO DOCENTE NO CENÁRIO ATUAL .....	7
A EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO SÉCULO XX.....	17
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR.	25
APRENDER A LER E ESCREVER: os processos envolvidos na alfabetização.....	31
CONHECIMENTO E AS ESTRUTURAS COGNITIVAS__VINCULADAS AO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO .....	41
DEFICIÊNCIA OU EFICIÊNCIA: QUEM É O SUJEITO.....	49
O JOGO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: mais um instrumento em sala de aula.....	54

## ESPORULAÇÃO E CRESCIMENTO MICELIAL DO FUSARIUM OXYSPIRUM EM DIFERENTES MEIO DE CULTURA E REGIME A VALORIZAÇÃO DO DOCENTE NO CENÁRIO ATUAL

Wagner Mendes da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta de forma simples mais objetiva destacando algumas reformas significativas para se pensar e repensar a atual formação de professores no Brasil. Neste contexto, pensar e repensar a formação dos professores, nas suas dimensões, inicial e continuada, significa, para todos os educadores, acadêmicos e alunos, um grande desafio, consequência da insatisfação com os modelos vigentes, principalmente, nos Cursos de Licenciaturas e de como os profissionais oriundos dessas estão sendo valorizados. As atuais reformas na educação brasileira, e em particular na formação dos professores, apresentam uma “certa ousadia”, mas parece não estarem gerando propostas que ultrapassem o nível de recomendações abstratas, tanto na formação continuada como na formação continuada e, quando chegam a ultrapassá-lo, caracterizam-se como recomendações incapazes de atender às reais necessidades para se consolidar a formação do professor com eficácia.

**Palavras chave:** Formação, valorização, docente, educação, aprendizagem.

### ABSTRACT

This article presents in a simple and objective way highlighting some significant reforms to think about and rethink the current teacher education in Brazil. In this context, thinking and rethinking the formation of teachers, in their initial and continuous dimensions, means for all educators, academics and students a great challenge, a consequence of dissatisfaction with

current models, especially in the undergraduate and postgraduate courses. As professionals from these are being valued. The current reforms in Brazilian education, and in particular in teacher training, present a "certain audacity", but they do not appear to be generating proposals that exceed the level of abstract recommendations, both in continuing education and in continuing education, and when they reach beyond it is characterized as recommendations that are unable to meet the real needs to consolidate teacher training effectively.

**Key words:** Training, valorization, teaching, education, learning.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar e destacar pontos significativos e pontuais sobre a valorização profissional dos docentes de uma maneira geral. Destaca algumas reformas significativas para se repensar a atual formação de professores no Brasil. Neste contexto, pensar e repensar a formação dos professores, nas suas dimensões, inicial e continuada, significa, para todos os educadores, acadêmicos e alunos, um grande desafio, consequência da insatisfação com os modelos vigentes, principalmente, nos Cursos de Licenciaturas e de como os profissionais oriundos dessas estão sendo valorizados.

Se tratando de formação profissional acadêmica dos docentes e demais servidores da educação destacam-se como um tema crucial e de grande importância, dentre as políticas públicas para a educação, pois os desafios apresentados à escola exigem do trabalho educativo outro patamar

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia e Gestão Escolar.

profissional, muito superior ao hoje existente. Além de oferecer uma formação inicial consistente, que no momento atual não apresenta grandes transformações, é preciso proporcionar aos professores oportunidades de formação continuada e políticas de autoafirmação que garantam condições de trabalho e permanência deste profissional em seu contexto comunitário o qual está inserido.

Entretanto, a definição de diretrizes para a formação profissional dos professores não depende apenas da identificação das tarefas próprias da educação escolar, depende também, da identificação do lugar que a formação de professores ocupa no conjunto de fatores que interferem na aprendizagem dos seus alunos.

A formação dos profissionais do ensino sofreu muitas mudanças com a nova LDB- Lei de Diretrizes e Bases e com as resoluções que a acompanham. Anterior a esta reforma, havia duas modalidades de formação para professores: a do magistério em nível de segundo grau como apresentado anteriormente neste capítulo e a atual licenciatura no curso superior. Com a LDB essas modalidades foram ampliadas.

É possível formar professores em nível médio para atuar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, caso que não ocorrerá no Estado de São Paulo, e em outros Estados que possuam grandes universidades para o suporte, pois, estes darão prioridade para formar seus professores em nível superior. Assim, como formá-los nas

licenciaturas para as diferentes áreas das séries iniciais e de todo ensino médio.

Ainda neste contexto, a atual LDB prevê formação de professores também em cursos normais superiores, formação pedagógica para bacharéis e formação em serviço- educação continuada.

## **2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COLONIAL**

### **2.1. Um breve contexto**

A história da educação brasileira é “sofrida” desde seu início quando o Brasil foi colonizado pelos portugueses e a educação ficou a encargo dos jesuítas, isto ocorreu por volta de 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas em solo brasileiro, dando origem assim a uma fase de nossa história que deixou marcas profundas na cultura e na civilização de nosso imenso país.

Este modelo de educação perpetuou por mais ou menos 200 anos, o qual tinha como bandeira um sentimento de fé cristã baseada nos preceitos religiosos e sua propagação fez surgir diversos missionários catequizando indígenas, mas sem grandes resultados, construindo e formando novas ordens religiosas entre estes missionários e da própria igreja católica.

Dentre as Ordens religiosas existentes neste período, a de maior importância foi a Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1540. Os jesuítas ou padres inicianos chegaram ao Brasil em 1549. Esta data é tida como marco do início da história da educação no Brasil.

Esta Companhia foi organizada para que os padres jesuítas pudessem catequizar os índios e conseqüentemente facilitar o convívio com os portugueses que exploravam a mão de obra em favor da coroa portuguesa, ela também se alternou entre a atividade educacional tida como a principal, voltada para a catequização (conversão) dos índios, como também para a prestação de serviços religiosos voltados para os colonos.

Os padres jesuítas e sua companhia eram subsidiados pelo Estado para que pudessem cumprir tal missão. Desde o início da colonização, Estado e igreja, confundiam suas atribuições. A Igreja sempre esteve presente no cotidiano da sociedade com funções que iam desde catequizar e civilizar os índios, até instaurar todo o sistema de ensino, além de outras funções que exerceram, conforme apresenta Gonçalves (1998):

[...] Além de educadores e missionários, os jesuítas fizeram sentir sua presença no Brasil através de várias outras funções que exerceram durante todo o período colonial: como conselheiros das principais autoridades administrativas, “como construtores das maiores bibliotecas da colônia, como exploradores de sertões, e como linguistas, historiadores, antropólogos, botânicos, farmacêuticos, médicos, arquitetos e artesãos dos mais diversos tipos” (GONÇALVES, 1998 p. 38).

O padre foi quem apresentou a primeira política educacional voltada para a construção de “recolhimentos” para meninos indígenas, onde lhes era ensinado a doutrina cristã, os bons costumes, as primeiras letras. Os mais hábeis aprendiam o latim, os outros nativos que não se destacavam para este

aprendizado, eram direcionados para outros fins. Com o tempo a proposta foi desautorizada pela ordem, o que resultou na dissolução desta estrutura em favor dos colégios, mas sem o ensino profissional e, sem a presença dos índios.

Não resta dúvida que o papel dos jesuítas, na colonização do Brasil, ocupou um lugar de destaque, em se tratando de missões cristãs. Estava embutido nessas missões o papel de educador.

Segundo Prado (1999):

[...] São eles, os jesuítas, que formaram na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais. Assim foi na Europa oriental com os frades dos séculos XV e XVI, e assim é hoje ainda entre as populações asiáticas e africanas; antes dos capitais europeus ou norte-americanos aparece o crucifixo dos missionários (PRADO JR., 1999: p.25).

Os padres jesuítas tiveram grande influência junto a coroa portuguesa no tocante este período em termos de catequizar os povos indígenas, mas que foi ficando cada vez mais difícil conseguir êxito o que foi deixando a coroa portuguesa um tanto preocupada com os constantes conflitos com os índios e também pela cultura de não serem bons trabalhadores.

## 2.2. A Expulsão dos Jesuítas

As reformas pombalinas tiveram grande impacto nas colônias portuguesas, especialmente no Brasil, haja vista que, como elas, os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses. E a educação, antes administradas por esses missionários, passou a ser de responsabilidade do Estado Português.

A expulsão da Ordem dos jesuítas ocorreu por intermédio do decreto de 3 de setembro de 1759, mas antes mesmo disso, Pombal havia elaborado um alvará no dia 28 de junho de 1759 para a criação das aulas régias, isto é, aulas que eram ministradas por professores nomeados pelo governo.

### 2.3. A Reforma Pombalina

As aulas régias tinham o nítido objetivo de preencher a lacuna deixada pelos jesuítas e secularizar o ensino. Com esse modelo de educação pombalino, deu-se ênfase aos estudos menores de aprendizagem, que se tornava mais rápida e eficaz.

O objetivo último era preparar uma elite necessária para fins econômicos e políticos, pela qual ansiava o Estado. Na virada do século XVIII para o século XIX, tornou-se muito comum a elite local da colônia do Brasil enviar seus filhos para a cidade de Coimbra, em Portugal, com o intuito de eles completarem a sua formação.

Tendo em vista que a prosperidade de Portugal dependia da economia colonial, o Secretário implementou políticas econômicas, visando um aumento na arrecadação real para reforçar o Estado.

Segundo Gonçalves (1998):

[...] A política pombalina tinha como objetivo primordial o fortalecimento do Estado, através da subordinação de todos os setores à Coroa, entre esses estavam o clero e a nobreza, que gozavam, até então, de certa autonomia. (GONÇALVES, 1998. p. 45).

O ponto auge da Reforma Pombalina está na subordinação do estudo da Língua Latina pela Língua

Portuguesa, ou seja, os discentes (na época, chamados de alunos) só avançavam para o ensino do latim depois de dominar as operações básicas de ler, escrever e contar (em português). Isto porque o Estado, assim como hoje, necessitava, para o seu quadro de funcionários, de trabalhadores que soubessem ler e escrever em português e dominassem os cálculos, pois era o domínio da língua portuguesa que iria possibilitar a ampliação das relações comerciais, o que corresponderia à acumulação de capital ambicionada pelo Estado.

As despesas geradas pela reforma fizeram com que os professores fossem obrigados a cobrar taxas dos pais dos discentes até 1772, quando criou-se um imposto específico para financiar a Reforma, o Subsídio Literário.

O Subsídio Literário, além de suprir o ensino, também serviu para financiar a “ciência”, como nos casos da construção de botica, fábricas de ferro e outras. Como a Reforma de 1759 abarcou apenas o ensino das Humanidades, o ensino voltado às Ciências ficou para as Reformas das Universidades de 1772, onde foi integrado o curso de Filosofia. Temos aqui o marco para os primeiros cursos superiores sem o caráter teológico, mas profissional, prático, para ocupar os cargos administrativos e políticos, conforme expõe Romanelli (1983):

[...] A presença do príncipe Regente, D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não-teológicos) na Colônia. Embora organizados

na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores, distinguiram-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, esta mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, que tiveram a incumbência de formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro foram as células das nossas primeiras Faculdades de Medicina. Não se pode omitir a criação de um curso de Economia Política, que ficou a cargo de José da Silva Lisboa. O Gabinete de Química organizado na Corte e o Curso de Agricultura criado na Bahia, em 1812, foram duas tentativas de implantação do ensino técnico superior, que, se não vingaram, pelo menos tiveram o mérito de trazer para a Colônia opções diferentes em matéria de educação superior [...]. (ROMANELLI, 1983, p. 38).

Durante o período colonial a educação, com políticas que sempre estiveram permeadas pelos interesses da igreja e da coroa portuguesa. Pois, coube à igreja, através da ordem jesuíta, implantar todo o sistema educacional na Colônia, o que serviu de suporte para o desenvolvimento da cultura nestas terras.

O período que se segue é marcado pela vinda da família real para o Brasil. Contexto no qual foi registrado a outorgação da 1ª Constituição Imperial em 1824. Sobretudo, o maior destaque na educação se efetiva com o Ato Adicional à Constituição, em 12 de novembro de 1834, o qual confere às províncias a responsabilidade de promover e organizar o ensino primário e secundário, cabendo ao poder central apenas a incumbência pela educação do município neutro e o ensino superior.

Durante a colônia brasileira, domínio de Portugal, o Marquês de Pombal colocou nos principais

cargos da administração pública, portugueses por ele considerados como pessoas da mais alta classe, sendo que para o ensino primário público, prepara pessoas de classes inferiores, ou seja, com pouca formação.

## 2.4. A Educação Contemporânea

Toda instituição educacional que tenha por objetivo a formação de seus cidadãos, preza por ter um quadro de profissionais que estejam, na teoria e prática, encarregados e engajados de assegurar uma sólida relação entre a administração, coordenação e principalmente o corpo docente. A este último cabe a missão de passar o conhecimento sistematizado, buscando analisar de que forma este deverá ocorrer, como deverá ocorrer e com qual finalidade; além de identificar em que filosofia crítica educacional pautar-se.

Partindo desse pressuposto, e tendo a educação enquanto formadora de opinião precisa sistematicamente ser redimensionada e pensada com o objetivo de torná-la, tanto no âmbito social quanto intelectual mais eficiente, prazerosa e com significância.

É notório é perceptível que não somente o educador, mas assim também como todo o corpo administrativo, se sente “limitado” junto à comunidade escolar como um todo, em exercer sua autonomia e sua autogestão com plenitude e afinco, haja vista que muitos projetos, normativas resoluções e vários outros elementos, que lhes são propostos vêm prontos de

órgãos superiores, sendo assim o reflexo da máquina burocrática estatal e da pouca responsabilidade em investir recursos, na mesma, tornando-se assim conveniente a isenção de responsabilidade por parte da escola, o docente se vê reduzido a uma “maquete”, manipulado por aqueles que muitas vezes, desconhecem a realidade da sua sala de aula.

Outra falácia que muito contribui para o fracasso escolar, a qual também explica a desmotivação por parte do professor se entende pela má estrutura física de que muitas escolas, acessibilidade, entre outras mais – principalmente públicas – dispõem; na falta de retroprojetores, de aparelhos de DVD, de data shows, ou mesmo um simples giz branco, fazem com que as metodologias designadas com o intuito de tornar o aprendizado mais interessante reduzam-se a simples utopias de docentes e equipe técnica.

Hoje, o atual cenário educacional, encontra-se em demasiada, ameaçada em decorrência das inúmeras deficiências e mazelas que permeiam o cenário escolar nacional, fazendo, assim com que a responsabilidade docente acarreta para si a tarefa ímpar de fornecer aos discentes o embasamento necessário para a solidificação do conhecimento humano e técnico-científico.

Se falando em valorização profissional, precisamos ter clareza e buscar referência em alguns aspectos para embasarmos na categoria docente como determinantes; como a questão salarial, a autonomia na realização do trabalho, a segurança no

ambiente de trabalho, a qualidade de vida e o “merecido” reconhecimento por parte da família, dos educandos, do poder público e da própria categoria.

Apesar de termos legislações que nos garantam uma valorização em termos financeiros, garantias jurídicas suficientes para que o professor tenha condições de trabalho, possibilidade de formação e remuneração mínima, ainda é uma realidade muito distante em algumas regiões do país, infelizmente as leis não fazem a realidade, impondo a necessidade de pesquisas que evidenciam como vem ocorrendo à valorização do professor no Brasil.

Gouveia e Souza (2015), destacam que:

[...] compreender as condições de carreira e remuneração dos professores brasileiros implica em situá-los nos contextos que resultam de disputas nacionais e locais que conformam as condições, ou ausência de condições, para garantia da valorização desses profissionais, e requer analisar tais condições em contextos concretos de disputa em cada uma das unidades federadas que compõe o complexo sistema educacional brasileiro. (GOUVEIA E SOUZA, 2015, p.40).

Apesar de termos leis específicas que nos garantam a regulamentação salarial em todo o país, dos planos de carreira dos profissionais de educação, não tem garantido esta isonomia entre eles, pois cada estado define critérios e formatos que dificultam a valorização de forma correspondente com a formação e o tempo de exercício na profissão.

Outra situação preocupante é no tocante que temos uma disparidade muito grande entre a remuneração de professores e a de outras profissões com a mesma formação.

Assim, a análise das condições concretas da remuneração dos professores nas diferentes unidades federativas é fundamental para que seja possível contribuir com dados para a gestão da educação e a organização dos sindicatos e movimentos sociais que atuam em defesa da valorização desses profissionais.

Nos últimos anos a remuneração dos profissionais da educação, tem melhorado significativamente, especialmente com a aprovação da Lei do Piso, a situação ainda é complicada e os esforços para modificar essa realidade não foram suficientes.

Muitos estados, após a aprovação dessa lei, têm aplicado a interpretação do valor mínimo como se fosse o máximo, mesmo em condição de garantir melhor remuneração aos professores. Além disso, a lei estabelece o mínimo a ser pago para os que possuem somente o nível médio de formação, indicando que não há uma valorização condizente com a formação inicial dos professores nas redes estaduais de ensino.

A mudança dessa situação requer clareza da realidade e que busquemos dar mais publicidade a esta questão, a fim de contribuir para a luta por mais investimentos não só em formação, mas também na remuneração dos professores. O fortalecimento dos sindicatos de professores é um caminho importante para aprofundar e impulsionar as mudanças necessárias para que, de fato, esses profissionais sejam valorizados no Brasil.

Quando falamos em educação, o cenário que nos é posto é um tanto preocupante e os desafios para superar isto são enormes, e isto tem, têm motivado a mobilização da sociedade civil, a realização de estudos e pesquisas e a implementação, por estados e municípios, de políticas educacionais orientadas por esse debate social e acadêmico visando a melhoria da educação básica.

Entre as inúmeras dificuldades encontradas para a implementação das diretrizes, destaca-se o preparo inadequado dos professores cuja formação de modo geral, vem se mantendo predominantemente um formato tradicional, que não contempla muitas das características consideradas, na atualidade, como inerentes à atividade docente, entre as quais se destacam: orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos discentes; comprometer-se com o avanço e sucesso da aprendizagem dos discentes; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os discentes; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas de investigação; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

## **2.5. Formação continuada de professores**

Importa destacar que, além das mudanças necessárias nos cursos de formação docente, a melhoria da qualificação profissional dos professores vai depender também de políticas que objetivem:

a- Consolidar as características acadêmicas e profissionais do corpo docente formador;

b- Estabelecer um sistema nacional de desenvolvimento profissional contínuo para todos os professores do sistema educacional;

c- Fortalecer os vínculos entre as instituições formadoras e o sistema educacional, suas escolas e seus professores;

d- Adequar a infraestrutura institucional especialmente no que concerne a recursos bibliográficos e tecnológicos;

e- Formular, discutir e implementar um sistema de avaliação periódica e certificação de cursos, diplomas e competências de professores.

f- Estabelecer níveis de remuneração condizente com a importância social do trabalho docente;

g- Definir jornada de trabalho e planos de carreiras compatíveis com o exercício profissional.

A proposta de diretrizes nacionais para a formação de professores para a educação básica brasileira busca também construir sintonia entre a formação de professores, os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, e suas modalidades, bem como as recomendações constantes dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a educação básica, elaborados pelo Ministério da Educação.

O processo de elaboração das propostas de diretrizes curriculares para a graduação, conduzido pela Secretaria de Ensino Superior (SESu), em dezembro de 1997, consolidou a direção da formação para três categorias de carreiras: Bacharelado Acadêmico; Bacharelado Profissionalizante e

Licenciatura. Dessa forma, a Licenciatura ganhou como determina a nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico.

Quando falamos em competência em Educação e principalmente quando refere-se à formação dos profissionais da Educação, mais específico à do professor, deve ser cuidadosamente estudada e, trabalhada por parte de quem a desenvolve, não direcionando somente a termos e ações comportamentais e a formação teórica científica, mas que possibilite o sujeito-aluno a se relacionar com o objeto, relacionando as partes com a totalidade, em consonância com o movimento dinâmico entre teoria-prática, prática-teoria e assim desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido ao mundo do trabalho e das relações sociais.

Em Educação não se deve pensar em outro campo que não seja o da construção do conhecimento. É para esta construção que os envolvidos na Educação devem estar direcionados. Construir conhecimentos requer construir significados, relacioná-los com os fenômenos, e para tal é preciso ir além da superficialidade do que nos é requerido, conseqüentemente, uma sólida formação teórica, alicerçada à autonomia intelectual, pessoal e profissional, em consonância com os contextos vividos e suas ações.

Nesse sentido, a formação de professores devesse preocupar em criar condições para que o futuro professor possa em seu curso de formação vivenciar situações que possibilitem futuramente ter autonomia para construir no seu espaço profissional mediações entre conhecimento tácito, conhecimento advindo do senso comum e conhecimento científico em busca de novas descobertas significativas.

Em Kuenzer (2003):

[...] O trabalho teórico, que por sua vez não prescindir da prática, é que determinará a diferença entre prática enquanto repetição reiterada de ações que deixam tudo como está e práxis enquanto processo resultante do contínuo movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre velho e novo, entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, entre homem e humanidade, que produz conhecimento, e por isto revoluciona o que está dado, transformando a realidade (KUENZER, 2003. p.24).

Contudo, cabe aqui questionar sobre o desenvolvimento da competência como núcleo na formação do professor no sentido de que privilegiará a ação prática da profissão docente, aprofundando a ênfase no caráter técnico/prático da docência.

O conhecimento profissional possui também dimensões éticas (valores, senso comum, saberes cotidianos, julgamento prático, interesses sociais...).

Para Gómez, (1992):

[...] dentro da racionalidade tecnológica, o desenvolvimento de competências profissionais deve colocar-se após o conhecimento científico básico e aplicação, porque, em primeiro lugar, não se podem aprender competências e capacidades de aplicação enquanto não se tiver aprendido o

conhecimento aplicável e, em segundo, as competências são um tipo de conhecimento ambíguo e de menor relevo (GÓMEZ,1992, p.98).

Portanto, a competência faz parte da formação do professor e de seu trabalho, mas não pode ser o centro da importância. Ela é uma consequência das nossas ações e um aperfeiçoamento destas na medida em que vamos fazendo relações, interpretando situações, fatos, desenvolvendo a autocrítica, reflexões, recriando os conhecimentos no universo da atuação.

Deve-se tomar cuidado para não recair no caráter pragmático, técnico e mecânico que nos leva a um único caminho; o de sermos servos domesticados, como no princípio da colonização brasileira.

Com relação à formação continuada, alguns docentes deixam transparecer nas entrelinhas das suas respostas, que não está sendo ativa. Talvez pela falta de tempo, pela frustração para com sua profissão ou até mesmo por se sentir experiente o suficiente para ensinar com os conhecimentos que já adquiriu. Por um, para contrabalançar o que se pode pensar sobre tal, ela fala sobre a situação da saúde do professor, que a acaba prejudicada com sua longa jornada de trabalho levando em consideração a fala de Tardif e Lessard (2007) quando diz:

[...] professores se engajam a fundo num trabalho que chega a tomar um tempo considerável, até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, os fins de semana, sem falar das atividades de duração mais longa, como cursos de aperfeiçoamento, de formação específica, atividades para escolares ou sindicais, das associações profissionais, dos clubes esportivos para

jovens, etc. (TARDIF E LESSARD, 2007 p.113).

Quanto aos posicionamentos dos docentes com relação a melhora da qualidade de ensino e o desempenho dos estudantes brasileiros nas avaliações nacionais e internacionais, um dos fatores importantes a serem evidenciados nestas falas, sinalizam para a melhora do ensino, por meio do currículo escolar adequado com a realidade dos alunos. Isto nos remete novamente a questão da formação continuada que possibilita aos professores atuantes, na prática escolar, estarem cientes e atualizados dos acontecimentos do mundo.

Alinhando-se a este pensamento Libâneo (2000) salienta:

[...] O professorado, diante das novas realidades e da complexidade dos saberes envolvido presentemente na sua formação profissional, precisaria da sua formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional. (LIBÂNEO, 2000, p.77).

A formação continuada se tornou uma grande aliada da prática educativa, considerando que vivemos em um mundo que estão mudando a cada segundo, sem contar que um professor preparado trabalha com muito mais prazer passando confiança aos discentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil só poderá avançar em seu desenvolvimento, e ser um país justo, se a totalidade

de seu povo tiver acesso à educação de qualidade. Este país já alcançou posições consideráveis na economia mundial, mas ainda temos uma grande dívida social com o povo, que somente poderá ser saldada com educação de qualidade para todos.

Já a partir do descobrimento, desde a Reforma Pombalina e a expulsão dos Jesuítas, passando pelo Império e pelas várias fases da República, o ensino no Brasil vem sofrendo grande influência da política em seus destinos. É chegada a hora de a educação ser a política. O Brasil deve adotar uma Política de Estado – acima de governos, partidos e ideologias – voltada para a educação, e garantir que não haja mais excluídos desse maior bem da humanidade. Vive-se na era do conhecimento, e sem educação não há perspectiva de crescimento e desenvolvimento.

A educação de qualidade, para todos, é o único caminho eficaz para transformar riqueza em bem-estar social, transformar capital em desenvolvimento humano.

O Brasil já conseguiu iniciar o caminho para a universalização do ensino, garantindo acesso à educação a quase totalidade das crianças, e reduzindo o analfabetismo. O próximo passo é a garantia da qualidade do professor, desde seu recrutamento até sua atividade final, para que se atinja a qualidade na educação tanto almejada, para isto tem que investir melhor na valorização e principalmente na qualidade de trabalho destes profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

GONÇALVES, R. A. (org). **Luzes e Sombras sobre a Colônia** – Educação e Casamento na São Paulo do século XVIII. nº 3. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP-Departamento de História, 1998.

GÓMEZ, Angel Pérez. **O pensamento prático do professor**: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antonio. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. Remuneração de professores em redes públicas no Estado do Paraná. In: CAMARGO, R. B.; JACOMINI, M. A. **Vencimento e remuneração docente no Brasil**: resultados de pesquisa. São Paulo: Xamã, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia Z. **Competência como Práxis**: Os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, Vol. 29, nº1. jan/abr., 2003.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. Editora Brasiliense, 1ª reimpressão, 1999. São Paulo, SP.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

## A EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO SÉCULO XX

Ana Maria da Silva Reis<sup>2</sup>

Silvana Alves Trindade Oliveira<sup>3</sup>

Elizangela Aparecida Lima Menezes<sup>4</sup>

Iraci Nogueira da Rocha Campos<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever a respeito da importância das novas tecnologias-TIC que integram no contexto global nas diversas modalidades de ensino dos educandos como desenvolvimento de competências que possibilitem os alunos enveredarem nas áreas tecnológicas. A escola, ao utilizar as tecnologias educacionais, é necessária obter os resultados satisfatórios alcançando o objetivo principal que é a aquisição de conhecimento, pois, os recursos tecnológicos devem estar fundamentados no processo e currículo da escola. Atualmente os alunos estão inseridos num ambiente tecnológico, tanto no meio social, como cultural. As TICs são um dos fatores potenciais das profundas mudanças operadas no meio educacional. Nesta perspectiva, as TICs são indispensáveis para o desenvolvimento acelerado no contexto educacional. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva de cunho qualitativa trazendo a importância das novas tecnologias para o século XX.

**Palavras-chave:** Novas Tecnologias. Conhecimento. Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article aims to describe about the importance of new ICT technologies that integrate in the global

<sup>2</sup>Pedagogia - Faculdade Metropolitana. Pós-graduação em: Coordenação Pedagógica - Faculdade - Fael. Mestrado em: Ciências da Educação-Universidad Desarrollo Sustentable-UDS-Assunção / Paraguai.

<sup>3</sup> Pedagogia. Pela Faculdade Faro. Pós em: Supervisão Faculdade ESAB. Psicopedagogia Clínica e Institucional- Faculdade Santa Fé. Mestre em Ciências da Educação, Universidad Desarrollo Sustentable-UDS-Assunção/Paraguai.

<sup>4</sup>Pedagogia - Faculdade Fael. Pós em: Psicopedagogia Clínica Institucional-Faculdade Fasa. Pós em: Interpretação e Tradução - Faculdade Fasa, e Mestre em Ciências da Educação, Universidad Desarrollo Sustentable - UDS- Assunção/Paraguai.

<sup>5</sup>Pedagogia. Faculdade Unijipa: Pós em: Psicopedagogia Clínica e Institucional, Alfabetização e Letramento, Educação Infantil, Séries Iniciais, Tradução e Interpretação de Libras, Supervisão, Orientação e Gestão Escolar, Metodologia do Ensino Superior, Serviço Social Educação, Gestão, Saúde e Políticas Pública: Pela Faculdade Santo André. Mestre em Ciências da Educação, Universidad Desarrollo Sustentable -UDS-Assunção/Paraguai.

context in the various teaching modalities of students as a development of skills that enable students to engage in technological areas. The school, when using educational technologies, it is necessary to obtain satisfactory results reaching the main objective which is the acquisition of knowledge, because the technological resources must be based on the school process and curriculum. Currently the students are inserted in a technological environment, both in the social and cultural environment. ICTs are one of the potential factors for profound changes in education. In this perspective, ICTs are indispensable for accelerated development in the educational context. Thus, a qualitative bibliographical and descriptive research was carried out, bringing the importance of new technologies to the twentieth century.

Keywords: New Technologies. Knowledge. Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

Na educação, as novas ferramentas tecnológicas, interação no meio social e escolar, possibilitando novos desafios de aprendizagem, em especial para os alunos. Além do mais tendo diversas capacidades de envolver o aprendizado significativo com dinâmicas, pesquisas entre outras, porém antes de surgir essas tecnologias nas escolas, era totalmente diferente do mundo atual, era tudo muito mais difícil, atualmente as tecnologias modernizaram de maneira grandiosa, favorecendo todo o universo, e a educação não ficou de fora, na escola privada ou pública as ferramentas tecnológicas tem sido de grande relevância no contexto educacional.

O presente estudo tem como cerne refletir sobre educação e novas tecnologias com cunho da demanda contemporânea no ambiente escolar, cuja discussão está motivada através de documentos de

índole internacional e nacional. A educação e as novas tecnologias como ciência, constitui um produto típico do século XX, mas em contrapartida o mundo atual impõe exigências que motiva os organismos internacionais e nacionais, a debruçarem-se sobre a Educação para todos, como satisfação que fundamentam a aprendizagem dos alunos (UNESCO) e diferentes princípios e teorias que intencionam salvar a temática em abordagem, pois parte-se do pressuposto no qual a Educação é um direito fundamental de todo ser humano, de todas as idades, sem distinção de cor, política, cultura, língua, crença religiosa.

Portanto, a escola não pode ignorar a influência da internet na vida das pessoas da sociedade moderna. Ao contrário, a escola pode utilizar a internet como mais um recurso para dinamizar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, o que não se pode negar é que, as TIC invadiram também o âmbito educacional, e através delas os indivíduos têm maior acesso a dados e informações nunca vistos em outros tempos.

## 2. Importância do uso da tecnologia no ambiente escolar

No mundo atual a informática vem conquistando espaço em vários setores da sociedade, na educação ampliou o conhecimento de docentes e discentes. De acordo com Tajra (2012, p.39):

[...] A implantação da informática na escola é algo novo, mas não deve ser utilizada somente como recurso de passa tempo e sim como uma

ferramenta pedagógica, tendo uma ampla visão de suma utilidade em trabalhos escolares, pesquisas e até mesmo o lado técnico, ou seja, há professores formados na área desse conhecimento.

As exigências sociais requerem uma escola viva, dinâmica e de um educador produtor e organizador de conhecimento e que desenvolva competências e habilidades na busca, de algo novo que se transforma num diferencial competitivo dos indivíduos. Não somente ter uma grande quantidade de informação, mas sim que essa informação seja tratada, analisada e armazenada de forma que todas as pessoas envolvidas tenham acesso sem restrição de tempo e localização geográfica e que essa informação agregue valor a tomada de decisão.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, encontramos a /contribuição legal da escola na preparação da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, no entanto, necessita contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração. Memória é o bem maior de qualquer organização, é o conhecimento gerado pelas pessoas que fazem parte desta.

Conforme Levy (1999, p. 159), as competências adquiridas por uma pessoa não podem ficar no mesmo percurso, e sim, procurar novos caminhos de conhecimentos para não parar de crescer, pois a tecnologia está à nossa frente.

Trabalhar apenas nesse enfoque pode provocar um desconhecimento por parte dos alunos, sobre como relacionar as ferramentas tecnológicas aprendidas com suas tarefas, como aliadas para suas atividades básicas do dia a dia.

É importante lembrar que o projeto pedagógico deve ser elaborado em conjunto pela comunidade escolar, pois deve refletir os anseios, as opiniões e os objetivos da maioria. Além do mais, deve ser periodicamente discutido, revisto e atualizado a partir das necessidades e dos interesses dos envolvidos no processo educacional, surgidos da própria prática pedagógica e da evolução do conhecimento e das tecnologias.

Para implementar o projeto pedagógico, principalmente no que diz respeito à informática, precisa-se, evidentemente, identificar os recursos materiais e financeiros necessários e os já disponíveis. Nesse ponto, o envolvimento de toda a comunidade escolar também é importante na definição de estratégias para obtenção e uso dos recursos que viabilizarão a execução do projeto.

[...] A importância da utilização da tecnologia computacional na área educacional é indiscutível e necessária, seja no sentido pedagógico, seja no sentido social. Não cabe mais à escola preparar o aluno apenas nas habilidades de linguística e lógico-matemática, apresentar o conhecimento dividido em partes, fazer do professor o grande detentor de todo o conhecimento e valorizar apenas a memorização. Hoje, com o novo conceito de inteligência, em que podemos desenvolver as pessoas em suas diversas habilidades, o computador aparece num momento bastante oportuno, inclusive para facilitar o desenvolvimento dessas habilidades – lógico-matemática, linguística, interpessoal,

intrapessoal, espacial, musical, corpo-cenestésica, naturista e pictórica (TAJRA, 2000 p.143).

De acordo com Tajra (2012, p17), diz que Gardner define a inteligência como “a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que sejam valorizados em um ou mais ambientes culturais e apresenta sete competências intelectuais e autônomas do ser humano”. Entende-se que a inteligência não pode ser medida, pois está em constante fase de desenvolvimento psicológico e biológico do ser humano e assim descobrindo as diversas áreas do cérebro. De fato, encontramos pessoas com facilidade para desenvolverem, porém, neste estudo de pesquisa, destacamos os estudantes por estarem em fase de aprendizagem, desempenhando melhor os vários tipos de inteligências.

As múltiplas inteligências têm suas características oriundas de cada indivíduo em seu potencial biológico, sendo que os estudantes, por estarem em fase de aprendizagem, desempenham e compreendem os vários modos de ensino do sistema educacional, portanto, a informática surge como elemento fundamental para o desenvolvimento das habilidades específica de cada ser humano.

[...] Não é essencial que um professor tenha notável Inteligência Lógico-matemática, por exemplo, para que possa solicitar aos seus alunos seja qual for a disciplina que esteja desenvolvendo, que construam gráficos, desenvolvam médias, pesquisem estatísticas, percebam a geometria de formas nos fatos que assimilam. (ANTUNES, 2001, p.07).

O professor precisa estar atualizado, ter segurança e flexibilidade para garantir o sucesso do desenvolvimento para cada habilidade e competência a ser desenvolvida pelo educando, essas inteligências, assim como ficaram conhecidas no mundo através de um grande estudioso chamado Howard Gardner (1980), que relata sobre as inteligências que são:

a) Inteligência linguística: associadas a pessoas que escrevem, gostam de ler de falar e admiram outras pessoas que falam bem, sabem apreciar letras de músicas, são falantes e não ficam de boca fechada.

b) Inteligência lógico matemática: associada à pessoa que sabe lidar com números, desenvolver problemas, de seguir em encadeamentos lógicos de ideias como, por exemplo, o jogo de xadrez, que gosta de fazer cálculos, entendem com naturalidade de gráficos, controlam suas finanças pessoais, detestam o não cumprimento de horários por parte dos outros, tendo como modelos os advogados, os cientistas e todas as pessoas que de alguma forma, precisam ou usam ou têm uma grande capacidade de olhar de forma lógica pros problemas que tem pra resolver para as coisas que precisam criar.

c) Inteligência espacial: são habilidades desenvolvidas por pessoas que gostam muito da arte e ao olhar para o espaço, fazem transformações de acordo com o ambiente, adoram desenhar e apreciar desenhos.

d) Inteligência corporal cenestésica: presente em todos aqueles ou manifesta em todos aqueles que fazem do corpo veículos pra manifestações do pensamento, da criação da arte, são apaixonados por esportes, gostam de competições e tudo que envolva o cultivo do corpo e a graça do movimento.

e) Inteligência musical: é a inteligência que permite criar, identificar e diferenciar sons musicais ou não.

f) Inteligência interpessoal: habilidade em conhecer ver o humor do outro, captar o outro no seu interior, presente nos vendedores, nos comunicadores e na percepção na captação do outro em seu legítimo eu, que será reconhecido essa inteligência.

g) Inteligência intrapessoal: é uma inteligência ligada ao autoconhecimento ao autocontrole do seu eu reconhecendo seus limites.

Para Tajra (2012,p,50 -51) “o uso do computador na escola faz com que o ser humano desenvolva suas habilidades diante de um processo pedagógico que, entrelaçado a tantas tecnologias”, há de se descobrir com qual inteligência se identificará. No entanto, os professores devem estar atentos para os sinais que os alunos apresentaram. Já pensando no futuro desses estudantes, cabe à escola utilizar esses meios da informática para transformar o conhecimento em uma grande contribuição na formação dos mesmos, para aturarem no futuro promissor da era tecnológica das TICs na sociedade. É possível classificar a utilização do computador na educação de duas formas, considerando a proposta pedagógica da escola:

### **2.1 Novas abordagens sobre tecnologia educacional**

No entanto, os profissionais da área e os interessados em tecnologia educacional estão particularmente conectados às práticas do design instrucional e aos estudos sobre performance, que incluem a seleção de mídias como parte das considerações sobre o ensino e aprendizagem. A definição da Association for Educational Communications and Technology (AECT), tradicional grupo ligado a academia norte-americana define a área como: [...] A tecnologia educacional é o estudo e prática ética da facilitação do aprendizado e a

melhoria da performance através da criação, uso e organização de processos e recursos tecnológicos.

As mudanças provocadas pelo uso das tecnologias educacionais geram a necessidade de competências que até então não eram necessárias, mas que neste novo contexto deverão ser desenvolvidas pelos indivíduos. Neste contexto, a tecnologia educacional é o meio e não o fim do processo educativo e como tal deve ser inserida nas atividades de sala de aula como companheira e não apenas como uma forma de automatizar processos antes realizados, pois assim assumimos a produção de novos conhecimentos e não somente a reprodução.

A tecnologia educacional não é uma atividade recente se levarmos em conta a inserção de mídias na educação. Desde o começo do registro da palavra escrita, passando ao uso de novas mídias, vemos evidências de discussão sobre o impacto dessas mediações no processo de ensino e aprendizagem.

Atualmente tendemos a associar a tecnologia a artefatos eletrônicos como o computador ou o tablet. No entanto, *o giz e da lousa, tido como artefatos antiquados (antigamente eram feitas de pedra - ardósia)* bem como os livros impressos são tecnologias sofisticadas, largamente utilizadas ao redor do planeta. Um dos grandes desafios para os sistemas de ensino é a reflexão sobre o papel do desenvolvimento tecnológico e seus artefatos e sistemas (atualmente associados às TICs) no ambiente educacional, tais como o papel da *internet*,

da *televisão* e do *rádio* que funcionam como meios educativos formais ou informais.

### 2.3. Os estudos das tecnologias educacionais

Nos estudos da tecnologia educacional, procura-se pensar em formas adequadas de utilizar os recursos tecnológicos na educação, ou seja, as funções maiores da escola serão enriquecidas com a grandeza das novas fontes de informações e ferramentas tecnológicas modernas, preocupando-se com as técnicas e sua adequação às necessidades e à realidade dos educados, da escola, do professor, da cultura em que a educação está inserida.

Contínuas transformações tecnológicas em todo o mundo, vem influenciando as relações sociais. Neste contexto, os espaços formais de ensino (escola, universidade) e os espaços não formais têm mais uma vez buscado refletir sobre a influência da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem.

Nestes termos, como resultado do avanço das pesquisas em torno do computador e da Internet no final do século XX trouxeram renovado interesse na inserção desses sistemas na educação. A tecnologia educacional deixa de ser encarados como "ferramentas" que tornam mais eficientes e eficazes os processos já sedimentados, passando a ser consideradas como elementos estruturantes de diferentes metodologias.

As múltiplas mídias (desde o livro até a Internet) permitem a utilização de diversas linguagens e novas formas de comunicação. É crescente o

número de escolas e centros de educação que estão usando ferramentas on-line e colaborativas para aprendizado e busca de informações.

Todas as ferramentas podem ser utilizadas como instrumentos educacionais. Parte da função da tecnologia educacional é avaliar sua integração nas práticas educativas de modo a promover um momento de ensino-aprendizagem que seja coeso.

Os diretores das escolas estão em constante elevação de ensino e aprendizagem, desenvolvendo um trabalho que garanta um aprendizado significativo para os alunos, sendo de acordo com as normas da legislação escolar. A legislação do ensino apresenta respostas, diretrizes, normativas e limites da ação escolar, diante de situações práticas. No entanto, é nítido que os diretores tenham conhecimentos dos documentos e das leis direcionada as legislações escolares. Exemplos:

- ✓ A lei (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No artigo 32 que trata das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- ✓ A Lei nº 16.271/15 – que aprova o Plano Municipal de Educação;
- ✓ Decreto nº 34.160/94 – que institui Laboratórios de Informática nas Escolas Municipais;
- ✓ Art. 1º - Os Laboratórios de Informática Educativa nas Unidades Educacionais da Rede Municipal, instituído pelo Decreto nº 34.160/94, terão seu funcionamento orientado pela presente Portaria.

- ✓ Art. 2º - O trabalho desenvolvido nos Laboratórios de Informática Educativa, terá como diretrizes para a sua ação pedagógica:
- ✓ Art. 3º - São atribuições do Professor Orientador de Informática Educativa - POIE:
- ✓ II - Assegurar a organização necessária ao funcionamento do Laboratório de Informática Educativa, favorecendo:
- ✓ Art. 5º - O atendimento às classes no Laboratório de Informática Educativa dar-se-á dentro do horário regular de aulas dos educados, assegurando-se 1 (uma) hora-aula semanal para cada classe em funcionamento.
- ✓ Parágrafo único - As atividades realizadas no Laboratório de Informática Educativa deverão integrar o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e atender às diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação.
- ✓ Resolução SE 21, de 28-4-2014, no Artigo– Fica instituído, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Novas Tecnologias - Novas Possibilidades, cujas ações, alinhadas às do Programa Educação, visam ao emprego sistemático, em salas de aula, das escolas da rede estadual de ensino, de novas tecnologias de informação e comunicação, a serviço do processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de melhorar o desempenho dos alunos e elevar-lhes o índice de desenvolvimento educacional.

## 2.4. As Tecnologias e suas contribuições na educação

Existe diversas possibilidades de utilizar as tecnologias, no meio educacional, pois é muito amplo o conhecimento que as tecnologias oferecem no mundo atual. Como afirma Sousa:

[...] Que as teorias e práticas associadas à informática na educação vêm repercutindo em nível mundial, justamente porque as ferramentas e mídias digitais oferecem à didática, objetos, espaços e instrumentos capazes de renovar as situações de interação, expressão, criação, comunicação, informação, e colaboração, tornando-a muito diferente daquela tradicionalmente fundamentada na escrita e nos meios impressos. (2011, p. 22)

As tecnologias vêm contribuindo de forma grandiosa na educação, favorecendo o educador para outros meios de ensinar, nesta perspectiva, os professores possam rever suas práticas pedagógicas no ensino, tendo acesso de novos conhecimentos e se apropriar nesse cenário que abre diversos leques para a aprendizagem, através das tecnologias, ou seja, com vídeos digitais na sala de aula e intercalar nas diversas disciplinas escolares, com a motivação e criatividade que desenvolva o aprendizado para os alunos. Como afirma Ribeiro:

[...] Constata-se atualmente a importância e a necessidade de integração das tecnologias ao trabalho escolar, em especial as novas tecnologias da informação e comunicação, considerando que elas estão cada vez mais presentes no cotidiano, especialmente dos jovens, e que sua aplicação na educação, no trabalho e em outros contextos relevantes, é uma competência básica a ser propiciada pelos educadores no conjunto do currículo escolar e de suas disciplinas. (RIBEIRO, 2007, p. 09 pund, MARTINS, 2017, S\p).

e) Tecnologia Transformacional: Trata-se de verificar as bases do processo de racionalização e hierarquização de práticas, saberes e conhecimentos que permeia determinadas concepções de tecnologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo descrever a respeito da importância das TICs que integram no contexto global nas diversas modalidades de ensino dos educandos como desenvolvimento de competências, que possibilitem os alunos enveredarem nas áreas tecnológicas. Ficou comprovado que existem várias concepções políticas e socioculturais em torno do ensino das TICs ao longo da história, as quais foram abordadas no contexto deste artigo proposto por essa pesquisa.

Conclui-se, que a educação é direito de todos, estabelecida como prioridade nos acordos internacionais e legislações específicas e vem sendo alvo de intensas reflexões. As tecnologias educacionais auxiliam tanto os educadores como os alunos aprimorando o ensino/aprendizagem, favorecendo ambas as partes. As ferramentas tecnológicas só têm a acrescentar no meio educativo.

Portanto, os educadores necessitam estar sempre renovando os conhecimentos cada vez mais sobre como fazer a mediação do ensino/aprendizagem na sala de aula, para usar os recursos tecnológicos de forma adequada. Compreendeu-se que na educação, as novas ferramentas tecnológicas, interagem no meio social e

escolar, possibilitando novos desafios de aprendizagem, em especial para os alunos. Neste processo da inserção das tecnologias, a educação desempenha um papel fundamental, não só porque permite aos alunos adquirir as competências necessárias para funcionar nesta sociedade centrada no conhecimento tecnológico, mas porque fornece ferramentas para as instituições de ensino tanto pública como particular para melhorar a qualidade de vida dos educandos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Como Identificar em Você e Seus Alunos as Inteligências Múltiplas**. 5ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999.

RIBEIRO, D. A. **Desenvolvimento Organizacional na Escola Básica do 1º Ciclo. O papel do Coordenador de Estabelecimento**. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Portocalense Infante D. Henrique 2008.

SOUSA, Robson Pequeno. **Tecnologias digitais na educação**, Filomena da M. C da S. C. Moita, Ana Beatriz Gomes Carvalho (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2011.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 2012.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Cortez Editora. Universidade da Madeira. 1984.

## A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR

Claudia Cordela Fischer Pinheiro da Silva<sup>6</sup>

### RESUMO

Este estudo tem a intuito de abordar a importância da Disciplina de Metodologia Científica como ferramenta fundamental na elaboração de artigo e dissertação, verificando que ao longo do curso os mestrandos são estimulados a desenvolver estudos científicos como parte da avaliação. Metodologia de pesquisa é uma disciplina que se relaciona com o ponto de vista crítica, e consiste em pesquisar e avaliar os diversos métodos disponíveis, identificando ou não as suas limitações, em relação às implicações de suas aplicações. A disciplina enfoca também as técnicas mais usadas em pesquisa científicas acadêmica considerando algumas menos habituais segundo os interesses dos pesquisadores, consistindo no desenvolvimento intelectual do conhecimento científico do pesquisador. A metodologia da pesquisa é o norte que se baseia o pesquisador na busca responder ao que se procura estudar, ou seja, procura responder à uma ou mais perguntas que o pesquisa intriga. Para Goldemberg (1998), fazer pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias, e Ramos (2009), corrobora que a pesquisa é um procedimento formal com método, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir a veracidade dos fatos.

### ABSTRACT

This study has the objective of addressing the importance of the discipline of Scientific Methodology as a fundamental tool in the development of article and dissertation, noting that throughout the course students are encouraged to develop scientific studies as part of the evaluation. Research methodology is a discipline that relates to the critical point of view, and consists of search and assess the various methods available, identifying or not its limitations, in relation to the implications of their applications. The course also focuses on the most

commonly used techniques in scientific research academic considering some less usual according to the interests of researchers, consisting in the intellectual development of the scientific knowledge of the researcher. The methodology of the research is the north that is based the researcher in the search to answer what is sought to study that is, seeks to answer one or more questions that the research intrigues, corroborates that the search is a formal procedure with method, which requires scientific treatment and if is on the way to meet the reality or to find out the veracity of the facts.

**Palavras-chave:** Metodologia Científica, formação e Pesquisa.

### 1. INTRODUÇÃO

Metodologia de pesquisa é uma disciplina que se relaciona com o ponto de vista crítica, e consiste em pesquisar e avaliar os diversos métodos disponíveis, identificando ou não as suas limitações, em relação às implicações de suas aplicações. A metodologia da pesquisa é o norte que se baseia o pesquisador na busca responder ao que se procura estudar, ou seja, procura responder à uma ou mais perguntas que o pesquisa intriga. Para Goldemberg (1998), fazer pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias.

A pesquisa é um procedimento formal com método, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir a veracidade dos fatos, enfim a construção do conhecimento. (RAMOS 2009).

A disciplina enfoca a base, também as técnicas mais usadas em pesquisa científica

<sup>6</sup> Pedagoga, Especialista e Mestranda em ciências da Educação, Professora Esfera Municipal, Juína/MT, Brasil.

acadêmica considerando algumas menos habituais segundo os interesses dos pesquisadores e seu projeto de pesquisa, vem somente agregar em conhecimento, assim para uma melhor compreensão de como se parte para a construção de todos os artigos que serão desenvolvidos e a dissertação a ser defendida no final do curso, consistindo no desenvolvimento intelectual do conhecimento científico do pesquisador.

A disciplina metodologia científica tem como intuito nos embasar de conhecimento científico, há necessidade de vencermos os obstáculos dos mais diversos caminhos que encontrarmos ao longo do curso, como embasamento teórico científico pelo método da pesquisa que contribui para que o fim tão esperado seja alcançado. Tem-se a necessidade do método científico para se alcançar o objetivo.

Pretende-se com este artigo corroborar na fundamentação da disciplina Metodologia Científica seja iminente a prática e suas ferramentas necessárias para a compreensão e construção do artigo científico e dissertação, buscando a contribuir para o conhecimento e nos equipar de bibliografia e conhecimento eficientes, via exposição e embasamento científico elaborado segundo normas científicas vigentes. Por meio desta análise, dos principais conceitos que compõem a disciplina de Metodologia Científica e posterior relação dos mesmos na produção e apresentação de trabalhos científicos, buscou-se traçar uma relação entre o

saber científico e sua influência no desenvolvimento da compreensão, da capacidade de interpretação e argumentação e realização de artigos científicos e dissertação dos pesquisadores.

## 2. COMPREENDENDO A TEMÁTICA

Nesse contexto, salientamos que a disciplina de Metodologia Científica vem auxiliar os pesquisadores a superar os problemas e dificuldades no momento de elaborar um artigo científico. A elaboração, a escrita e a apresentação de artigos científicos levam o mestrando a se tornar um grande pesquisador e identificador de temas de caráter metodológico e técnico, auxilia na escolha do tema e da bibliografia, a leitura de forma organizada, além da obediência a certas normas de redação e apresentação dos artigos.

A disciplina de Metodologia Científica aborda as principais regras da produção científica para os mestrandos, fornecendo uma melhor compreensão sobre a seu caráter e finalidade, podendo assessorar para melhorar a produção e a qualidade das suas produções. A relevância desta pesquisa se dá, tendo em vista a pouca importância que é dada pela maioria dos pesquisadores em formação aos detalhes da confecção de um artigo científico metodológico adequado. A importância da disciplina em contexto tem aprovação no alcance em que ela irá auxiliar no desenvolvimento técnico, ideológico e científico do mestrando assim melhorando a sua produtividade e a qualidade das suas produções. Compreender e

valorizar a disciplina são capacitar-se para aprender sempre, estar em busca intelectual e autônoma para desenvolver o senso crítico. Segundo Leite, (2009):

Metodologia Científica não é um conteúdo a ser decorado pelo acadêmico, para ser verificado num dia de prova; trata-se de fornecer aos acadêmicos um instrumental indispensável para que sejam capazes de atingir os objetivos da Academia, que são o estudo e a pesquisa em qualquer área do conhecimento. (2009, p. 10).

Diante do exposto, a disciplina de Metodologia Científica é de suma importância na prática e estímulo aos pesquisadores para que esse busque motivações para encontrar respostas às suas dúvidas. A disciplina é um dever da instituição e não deve representar uma atividade aleatória ou casual, pois muitos pesquisadores não conhecem as normas mais simples para a elaboração de um artigo científico. Essas dificuldades podem ser a causa de uma grande aflição para estes pesquisadores, que muitas vezes podem levá-los a desistência do curso. Esta disciplina se torna primordial, pois tem a finalidade de mostrar aos mestrandos, que a metodologia científica aborda as principais normas da produção da dissertação, fornecendo aos mesmos um melhor entendimento sobre a sua natureza e objetivos, podendo assessorar melhorando no desenvolvimento da dissertação. Como afirma Ramos, (2009):

A metodologia científica, então, como suporte da pesquisa, permite o questionamento sistêmico da realidade. É estudar a melhor maneira de abordar certos problemas no

estado de nossos conhecimentos. De modo que a descrição do que são os métodos indutivos, dedutivos, hipotético-dedutivo e dialético inclui outros procedimentos que levam à formulação de hipóteses, explicação de teorias científicas, elaboração de leis fazendo também uma crítica dos métodos. E essas ações metodológicas iniciam, geralmente, com a coleta de dados, filtrando informações e construindo conhecimento. (2009, p. 133).

Dessa forma, a disciplina nos permite discutir e questionar os fatos e assim estudar uma melhor forma de abordar o grau de nossas dificuldades, assim no levando a métodos que nos ajudem a formulação de hipóteses nos proporcionando ao conhecimento científico, na construção de princípios, tais atos nos levam ao um caminho e na construção de novos e abrangentes conhecimentos comprovadamente científicos e metodológicos. Acreditando-se que o pesquisador tem papel fundamental em nossa sociedade.

### **2.1. Elaborar cientificamente um estudo é de suma importância**

Apesar de todos os avanços da tecnologia, em todas as áreas de conhecimento e do livre acesso as mais variadas bibliografias encontradas na internet, também e de suma importância à leitura de referências bibliográficas de livros de autores de renome. Assim dá-se a obtenção de conhecimento, vocabulário, e principalmente de embasamento teórico metodológico científico, dando ênfase ao seu estudo. Compreende-se que ler não é uma tarefa fácil requer disciplina interesse e muito empenho em desenvolver o hábito e uma postura crítica na

disciplina da construção do leitor. A esse respeito, afirma Andrade, (2010):

O processo de ler implica em vencer as etapas da decodificação, da inteligência, para se chegar à interpretação e, posteriormente, à aplicação. A decodificação é uma necessidade óbvia, tarefa que qualquer pessoa alfabetizada pode empreender, pois consiste em apenas na “tradução” dos sinais em palavras. (2010, p. 4).

A pesquisa e leitura de textos tornam-se imprescindível no desenvolvimento de um estudo científico, pois a aquisição de técnicas e bibliografias, conseguindo assim chegar mais perto de seu objetivo. Os requisitos fundamentais para elaboração de um estudo científico de qualidade é a busca pelo conhecimento e o fichamento de dados que darão o norte a pesquisa, nesse desenvolvimento da pesquisa bibliográfica exige-se um pensamento crítico filosófico de cunho científico. Morais et al, (2006), afirma que:

A diversidade de tipos de informação que contribuem substancialmente para a elaboração do trabalho, no mundo moderno é cada vez maior. (2006, p. 104).

À medida que se agrega a diversidade de tipos de informação o conhecimento do pesquisador fica mais evidente na construção de estudos científicos embasados por bibliografias e referências de qualidade. Também procurando dar ênfase a decretos e leis, que também contribuem para a elaboração desses estudos, seguindo rigorosamente as normas técnicas, (NB-66), Associação Brasileira de normas Técnicas. Adotar fontes e critérios ajuda no desenvolver e contribui para a elaboração e

divulgação científica em meios de comunicação de qualidade. Marconi, (2010), menciona que:

Nem, sempre é fácil determinar o que se pretende investigar, e a realização da pesquisa é ainda mais difícil, pois exigem, do pesquisador, dedicação, persistência, paciência e esforço. (2010, p. 140).

A pesquisa é uma metodologia formal, com métodos de pensamentos reflexivos, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para verdades aproximadas. Todo pesquisador deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e que se pretende alcançar. Toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para se saber o que vai pesquisar e assim conquistar o tão almejado êxito.

## **2.2. A Metodologia Científica auxilia na formação do pesquisador?**

Vários fatores ligados ao indivíduo e o meio interferem na problemática do pesquisador, assim uma má formação básica e média pode e muito interferir na formação do pesquisador, fatores ocorridos nesse momento podem provocar implicações posteriores. Qualquer distorção de enfoque com maior destaque em um determinado ponto em detrimento de outros podem ser prejudicial para os desenvolvimentos de estudos quando esses pesquisadores estiverem em cursos de formação superior ou elaborando uma pesquisa científica. Morais, et al, (2006), defende que:

Torna-se difícil estimar o cabedal cultural que deve ser oferecido àquele que se prepara para a pesquisa científica e o que dele deve ser exigido. Sente-se que, em sua formação, a delimitação dessas fronteiras seria útil para a definição do tempo e da matéria, de maneira a completar todo o mosaico estabelecido. Indiscutivelmente, quanto mais preparado o pesquisador, mais oportunidade ele terá em sua vida. Seu cabedal de conhecimento será a fonte de informações a oferecer-lhe elementos em decorrência dos quais os problemas serão equacionados com as soluções melhores ou piores, levando ao êxito ou ao malogro em sua tarefa. (2006, p. 12).

Ponderando os problemas de formação anterior, isso pode de maneira muito interessante interferir em uma pesquisa, esse fato pode ocorrer em razão da preocupação maior de informar do que de formar futuros pesquisadores.

Com uma mente traumatizada por malogro anteriores pode ocorrer muitas dificuldades em poder construir estudos de qualidade. Assim consiste em defender a disciplina de metodologia científica em cursos como de fundamental importância sendo como uma disciplina obrigatória no início do curso, com o mínimo de ausência possível. Salienta esse mesmo autor que o mérito dessa formação cultural, que propicia conhecer a hierarquia dos valores no pensamento científico, facilitando a compreensão das consequências sociais das descobertas científicas e elevando o mundo intelectual. Assim, também se recomenda a importância da Instituição de Ensino monitorar a eficácia da disciplina para um melhor reconhecimento e desenvolvimento científico de seus pesquisadores, com o objetivo de contribuir para que

ninguém lance mão do apoio dessa disciplina como um instrumento fundamental, de informação e formação científica, encontrando respostas para questões científicas. Ramos (2009) ressalta que:

Ao interagir o saber com o saber-fazer, a pesquisa ou investigação científica desenvolve e concretizam suas potencialidades suas competências ampliam seus horizontes e, pensando criticamente, você ultrapassa limites desde que haja um firme compromisso de aprofundar a informação, com a construção/reconstrução do conhecimento. (2009, p. 206).

Ao construir uma boa pesquisa científica colaboramos para nos superar, executar e sintonizar com um novo tempo ao ampliar nossos horizontes intelectuais, nesse processo é a condição básica para uma formação de qualidade, e autonomia intelectual, transcendendo todos os limites, abandonar o arcaico para o novo requerendo coragem para a intelectualidade a mudança de paradigma, utilizando a investigação científica como principal instrumento para superar o desconhecido. É importante salientar que a disciplina de Metodologia Científica e de fundamental importância no desenvolver do curso. Reforça as hipóteses com senso crítico a novas possibilidades ao aprofundar os conhecimentos e obter novos horizontes oferecendo uma nova visão de mundo. Confiamos que quem pesquisa é competente para produzir conhecimento e também é capaz de comunicar os resultados alcançados, torna-se um pesquisador incansável pela busca do desconhecido, conectado com o mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a disciplina Metodologia de Pesquisa é de fundamental importância no desenvolvimento de estudos, artigos e na dissertação. A disciplina, entretanto, objetiva bem mais do que levar o pesquisador a elaborar estudos, a desenvolver um artigo científico. Ela espera levar o mestrando a comunicar-se de forma correta, compreensível, demonstrando um pensamento estruturado, possível e persuasivo, mediante regras que facilitam e estimulam à prática da leitura, da análise e dados de textos e consequentemente a formação intelectual do pesquisador.

Deve ter mecanismos viáveis, oferecer embasamento teórico e científico, bem como também estimular ao mestrando pesquisa bibliográfica e cultural. Com base em métodos adequados e técnicas apropriadas, o mestrando terá condições, a partir da conscientização de um problema, de ir à busca das respostas ou soluções para o mesmo. A disciplina Metodologia Científica e acima de tudo um momento em que o mestrando se interage do que o espera ao longo do curso e o caminho de pesquisa que deve percorrer. As regras e passos metodológicos que são propostos à disciplina dará uma visão mais clara das técnicas que auxiliara na construção de seus estudos, visam, portanto, a inserção do mestrando no mundo científico desenvolvendo nele hábitos que o acompanharão por toda a sua vida, como o gosto pela pesquisa. A disciplina de Metodologia Científica ajuda

os pesquisadores na experiência de sentirem-se pesquisador e a enfrentar desafios na conquista de suas metas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de – Introdução a Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação / 10 ed. – São Paulo: atlas, 2010.

COSTA, Marco Antonio F. da. Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas / Marco Antonio F. da Costa et al, 2º ed. – Rio de Janeiro, Interferência 2009.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LAKATOS, Eva Maria – Fundamentos da Metodologia Científica / Marina de Andrade Marconi. 7ª. Ed. – São Paulo: Atlas 2010.

LEITE, F. H. C. Metodologia Científica. In: LEITE, F. H. C.; SAKAGUTI, S. T. Metodologia Científica/ Estatística II. Dourados-MS: UNIGRAN, 2009. [http://www.fecra.edu.br/control/paginasrevista/ed1/ai\\_mportanciadadisciplinademetodologiacientificanaelaboracaodotrabalhodeconclusaodecurso](http://www.fecra.edu.br/control/paginasrevista/ed1/ai_mportanciadadisciplinademetodologiacientificanaelaboracaodotrabalhodeconclusaodecurso). Acessado em: 23/03/2017 - 21:31.

MORAIS, Irary Novah, 1926 – Metodologia de Pesquisa Científica / Irary Novah Moraes, Alexandre Campos Moraes Amato. – São Paulo: Roca, 2006.

RAMOS, Albenides – Metodologia da pesquisa científica: Como uma monografia pode abrir o horizonte / São Paulo: Atlas, 2009.

## APRENDER A LER E ESCREVER: os processos envolvidos na alfabetização

Sétima Machado Padilha<sup>7</sup>

### RESUMO

Neste artigo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica, surgiu em função da necessidade de compreender a importância do reconhecimento de palavras escritas pelo educando como ponto de partida do processo de leitura. Os resultados obtidos a partir deste estudo apontaram que a criança deve incorporar o conhecimento da estrutura ortográfica para poder ver a palavra e reconhecer seu significado. Com base nesse reconhecimento, ele integra o significado de cada palavra em unidades maiores de aprendizagem através de estratégias e processos que relacionam as informações do texto com o conhecimento prévio como leitor. A pesquisa teve por objetivo conhecer os processos que envolvem a alfabetização e letramento na busca de adquirir uma aprendizagem significativa. Compreendeu por meio dos teóricos como Cagliari, (1988), Capovilla (2007), Ferreiro (2007), e outros sobre a dimensão de cada educando em despertar suas habilidades relacionadas à leitura e à escrita, que inclui não apenas a capacidade de decodificar palavras, mas um amplo conjunto de habilidades de compreensão e interpretação.

**Palavras – chave:** Alfabetização. Leitura. Escrita. Aluno. Professor

### ABSTRACT

This article presents the results of a bibliographical research, arising from the need to understand the importance of the recognition of words written by the

learner as the starting point of the reading process. The results obtained from this study pointed out that the child must incorporate the knowledge of the orthographic structure in order to be able to see the word and recognize its meaning. Based on this recognition, it integrates the meaning of each word into larger units of meaning through strategies and processes that relate information from text to prior knowledge as a reader. The research aimed to know the processes that involve literacy and literacy in the quest to acquire meaningful learning. He understood through the theorists such as Cagliari, (1988), Capovilla (2007), Ferreiro (2007), and others on the dimension of each learner in awakening their skills related to reading and writing, which includes not only the ability to decode words, but a broad set of understanding and interpretation skills.

**Keywords:** Literacy. Reading. Writing. Student. Teacher

### 1. INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização em determinado momento histórico foi compreendido como mera aquisição de um código linguístico. Logo após, devido a entendimentos equivocados da proposta construtivista, passou a ser concebida com a inserção do aluno no mundo dos textos, desprestigiando assim, aspectos específicos do sistema de escrita. Hoje a proposta é que haja o equilíbrio destes dois aspectos.

A aprendizagem é vista como um processo de simples acumulação das informações recebidas do exterior, sem que o sujeito processe, em sua mente. A criança tem que reconstruir esquemas ou modos de pensar, para poder compreender o conteúdo (sobre letras e sons) que alguém (a escola, a professora)

---

<sup>7</sup>Graduação em Pedagogia- Faculdade Integrada de Diamantino. Pós-graduação em interdisciplinaridade em Educação-UNIVALE.

está lhe transmitindo. Todos os métodos independentes de ser sintético ou analítico, ou métodos tradicionais de alfabetização enxergam a escrita como um mero código de transmissão da língua oral, símbolos que substituem fonemas que já existiriam como unidades “isoláveis” na mente da criança não alfabetizada.

A alfabetização envolve o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral, para Soares (2017), a alfabetização é um processo no qual o indivíduo assimila o aprendizado do alfabeto e a sua utilização como código de comunicação,

Portanto, este estudo teve por objetivo conhecer os processos que envolvem a alfabetização e letramento na busca de adquirir uma aprendizagem significativa, dessa forma, compreender a importância do reconhecimento de palavras escritas pelo educando como ponto de partida do processo de leitura, uma vez que a leitura e escrita faz parte do universo da criança ao longo de seu desenvolvimento. Sendo que ninguém nasce gostando ou com oralidade para ler e escrever. Essas funções mentais superiores são construídas na interação social, através do contato com pessoas e objetos culturais.

## 2. AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA

No cenário da Alfabetização e Letramento estudos acerca da psicogênese da língua escrita

trouxeram aos educadores o entendimento de que a alfabetização, longe de ser a apropriação de um código, envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística. Assim houve a necessidade de se conhecer o funcionamento do sistema de escrita. Já dizia Vygotsky (1989, 2001) e Piaget (1985, 2011), a aprendizagem se processa em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que vive. Desta forma, a leitura e escrita faz parte do universo da criança ao longo de seu desenvolvimento. Sendo que ninguém nasce gostando ou com oralidade para ler e escrever. Essas funções mentais superiores são construídas na interação social, através do contato com pessoas e objetos culturais.

Para Capovilla (2007, p.78) a leitura não é, portanto, um processo simples de decodificar, um conjunto de signos; não é uma tarefa mecânica, ler é entender: o significado da mensagem, quem escreve, para quem escreve, para que e que você quer comunicar “... Ensinar a ler é mais do que ensinar o código linguístico e seus mecanismos de articulação” (p.78), o mais importante nesse caso, segundo o autor é entender a linguagem escrita como outra maneira de se expressar, outra maneira de “dizer” ou obter ideias, oportunidades para o educando manifestar o que aprendeu é entender que a leitura transmite

Segundo Gomes (2015), muitas vezes acredita-se que os alunos têm que aprender primeiro a parte mecânica a chegar mais tarde à interpretação

das mensagens, no entanto, não é esse o caso. Conforme o autor, as crianças são capazes de entender o que leem desde o início do aprendizado, usando muitos meios que podem aprender a usar, como: ler as imagens, reconhecimento textual (apresentação texto externo: carta, receita, etc.), reconhecer a intencionalidade pela situação de comunicação (se uma carta chegar, se lermos para estudar ou para entreter, recebermos uma circular ou uma propaganda de panfleto).

Dessa forma Gomes (2015) acrescenta que é preferível evitar o uso de métodos que enfatizem o desenvolvimento gradual de habilidades independentes, como vogais, sílabas isoladas, palavras isoladas e que deixem para o final a compreensão do que é lido, porque valiosas oportunidades de aprendizado muitas vezes são perdidas. O principal objetivo da leitura é entender as mensagens.

[...] As crianças, desde o início da sua aprendizagem, devem descobrir a importância de saber ler porque lhes permite comunicar com os outros, receber e interpretar mensagens, sentir a leitura como uma importante fonte de prazer e entretenimento (KATO, 1988, p.78)

Conforme o autor permite ainda, apreciar que a linguagem escrita é a maneira pela qual a linguagem oral dura ao longo do tempo. Com o tempo, as crianças também aprenderão a valorizar a leitura como fonte de informação e como meio de ajudá-los a melhorar suas habilidades linguísticas.

[...] a leitura é essencial para a transformação pessoal e para a realidade. A "leitura da realidade" requer habilidades eficientes leitores: manter-se informado, conhecer, localizar, compreender e interpretar o ambiente, a fim de assumir um compromisso de transformação. Nós devemos tornar as crianças leitores críticos, capazes de ler e interpretar mensagens expressas e mensagens subjacentes, para não serem apenas "consumidores passivos", como disse (FREIRE, 1983, p.67).

Conforme o autor, as práticas de leitura e escrita colocam os falantes com maiores chances de constituir cidadania plena. A linguagem facilita os meios, embora não represente garantia para retirar os cidadãos do lugar à margem da sociedade organizada. Assim, através da escola, acredita-se que o indivíduo se torne agente ativo e transformador; para o cidadão comum, prevalece a ideia de que a educação, especialmente a veiculada na escola e calcada na aprendizagem de ler e escrever, é o caminho mais eficaz de se atingir melhor situação na vida.

## 2.1. As perspectivas da leitura e escrita

Os caminhos da alfabetização é um desafio onde professores e alunos ocupam um papel de destaque no processo de construção do conhecimento. A alfabetização é uma das etapas que contribui para a evolução intelectual do aluno, sendo assim um processo contínuo que ocorre de maneira gradativa. (CAPOVILLA, 2004). Na aprendizagem da leitura e escrita, que depende de duas portas de entrada, distintas, porém indissociáveis, para não promover exclusão, os professores deve aliar-se a um

ensino com a vivência cotidiana de práticas letradas, que permitiram aos alunos se apropriarem das características e finalidades dos gêneros escritos.

Para Ferreiro (1999), a arte de alfabetizar vai muito além de quadro e giz. Envolve conhecimentos profundos da vivência do aluno, conhecimentos do professor, materiais, técnicas, método e muito apoio em equipe. Com isso, cada educador tem que conhecer sua realidade escolar e adaptar o currículo e as metodologias para que haja evolução na aprendizagem.

Ferreiro (2005), afirma ter feito uma revolução conceitual a respeito da alfabetização, por ter mudado o eixo em torno do qual passavam as discussões sobre o tema: dos debates sobre os métodos e os testes utilizados para o ensino da leitura e da escrita para a ideia de que, não são os métodos que alfabetizam, nem os testes que auxiliam o processo de alfabetização, mas são as crianças que (re) constroem o conhecimento sobre a língua escrita, por meio de hipóteses que formulam, para compreenderem o funcionamento desse objeto de conhecimento.

[...] Talvez a diretriz pedagógica mais importante no trabalho (dos professores), [...], seja a utilização da escrita, em sala de aula, correspondentemente nas práticas sociais. Nesta perspectiva, assume-se que o ponto de partida de chegada do processo de alfabetização escolar é o texto falado ou escrito, caracterizado pela unidade de sentido que se estabelece numa determinada situação discursiva (LEITE, 2001. p.25).

Assim, é fundamental trabalhar com os mais variados tipos de materiais escritos, mesmo que a criança ainda não saiba ler, porque assim a criança será estimulada a ter gosto pela leitura. Ferreiro (2007) refere aos atos de leitura, afirmando que um adulto realiza cotidianamente uma série de atos diante da criança, sem transmitir-lhe explicitamente sua significação. A autora exemplifica:

[...] um adulto busca informações no escrito, não somente quando lê o jornal ou quando lê um livro, mas também quando lê placas indicadoras da cidade para se orientar, uma bula de remédio para saber a maneira de cumprir as indicações, ou um cardápio de um restaurante antes de decidir sobre o que vai comer, lê revistas informativas antes de escolher um programa de TV, etc. (FERREIRO, 2007, pág. 165).

Toda criança observa esses atos de leitura feita por seus pais diariamente, por isso esse processo deve ser incluído no cotidiano, dirigidas especialmente para elas. O adulto utiliza muitos atos de leitura e se adapta de acordo com a necessidade que se tem de ler. São muitos os questionamentos: A criança, o que acontece diante do ato de leitura? Como ela interpreta esses atos? Ao observar os pais ao telefone ela os imita, e na leitura como se manifesta? Quando vivencia os atos de leitura, utiliza-se pela imitação desses atos, mesmo não sabendo ler manuseia livros, observa figuras e conta a história como se soubesse.

Nesse contexto, Ferreiro (2007) explica que, ao imitar os atos de leitura aprende e compreende muitas coisas, porque a imitação espontânea não é

cópia passiva, mas sim tentativa de compreender o modelo imitado. Todavia, não são somente os modelos de ato de leitura que faz com que a criança se torne um leitor. Para se chegar a ler, precisa conhecer as letras e dominar a relação do que é estudado com o que está escrito. Assim, independente se adultos ou crianças, todos participam dos atos de leitura a todo o momento, mas se chegar a ler é um processo de uma boa relação e domínio do sistema de escrita e, é claro, que quando a criança vem com uma bagagem com práticas de leitura e escrita, a alfabetização se concretiza no processo de aprendizagem culminando no ato de ler e escrever com maior facilidade.

## 2.2. A Construção da escrita e o conhecimento

Na maioria das vezes o ensino da língua escrita está intimamente ligado à vida estudantil: ler para aprender e escrever para verificar a aprendizagem. Embora seja um objetivo perfeitamente legítimo, normalmente, os objetivos da escola mascaram o alcance da conquista da escrita, tornando-a artificial e, muitas vezes, desprovida de significado, ou motivação. Segundo Komedi (2001), em contrapartida, quando, junto com a dimensão instrumental da língua, atribuímos à escrita a condição de conhecimento legítimo, a alfabetização deixa de ser uma etapa inicial e preparatória da escolarização

e, definitivamente, assume uma razão de vida mais próxima e, por muito, verdadeiramente educacional:

Para Komedi (2001), é no conjunto das práticas sociais que a escrita se manifesta na plenitude do seu potencial, infelizmente nem sempre acessível a todos os que aprendem a ler e a escrever, razão pela qual as práticas de letramento, superando a esfera estritamente pedagógica. No contexto de nossa sociedade, a alfabetização está dando voz ao assunto, além de fornecer meios críticos de participação social. Como uma construção sublime da humanidade, a relevância e vitalidade da linguagem escrita são transparentes em múltiplos usos, gêneros e funções: comunicação, documento, previsão, diagnóstico, relatório, notícias, memória de ajuda diversão, tradução, vindicação, informação,

É nesse sentido Komedi (2001) coloca que podemos afirmar que a alfabetização, mais do que uma simples técnica de associação de letras e palavras, se destaca por seu enorme potencial educacional.

Para Soares (2001), as práticas em sala de aula devem estar orientadas de modo que se promova a alfabetização na perspectiva do letramento. Para que haja a construção de habilidades e o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita. Soares (2001) diz que esse exercício,

[...] implica habilidades várias, tais como capacidade de ler e escrever para diferentes objetivos, para informar ou informar-se, para

interagir com os outros, para emergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio a memória, para criar habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos de gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou lançar mão destes protocolos, ao escrever, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, interlocutor [...]. (SOARES, 2001, p. 92).

Assim, o trabalho desenvolvido no processo de aquisição de leitura e escrita passa a ganhar sentido, pois saber identificar a capacidade em trabalhar o percurso de cada aluno, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a criança que aprende ao seu redor, ou seja, analisando o processo do ensino e a alfabetização, sabemos que são muitos os desafios enfrentados no chão da escola e no contexto educacional, sendo que muitas crianças passam pela escola sem se tornarem leitoras e produtoras de textos. Mas, acreditamos que o diálogo contínuo entre professores pesquisadores e formadores de professores está sempre em busca para mudar essa realidade.

[...] A aquisição da leitura e da escrita na escola, fortemente relacionada aos usos sociais da escrita nos ambientes familiares de onde vem as crianças, pode demandar tempos e esforços diferenciados entre os alunos da mesma faixa etária. (BRASIL, 1988, p. 110).

Compreende-se que a criança é fruto do seu meio e depende de como a leitura e escrita faz parte na vida familiar, poderá demorar mais ou menos para ser alfabetizada. Sabendo disso, o foco nas

experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

Para Moraes (2004) o processo de alfabetização é compreendido de forma que tem que ser contextualizado, partindo do que o aluno já possui como apropriação de conhecimento, associado ao letramento, e não a condição de quem apenas sabe ler e escrever, que cultiva e exerce as práticas sociais de leitura e escrita. Porque a alfabetização dissociada do letramento não atende as exigências sociais em relação ao ler e escrever.

Segundo Moraes (2004), os professores tem que estarem aptos para que seus alunos adquiram habilidades para atender as demandas atuais de leitura e escrita. É preciso olhar com outros olhos para a alfabetização. Professores bem-preparados, os quais olhem para as necessidades de seus alunos, dando a eles elementos para poderem exercer dignamente a sua cidadania, para isso, cada professor tem que procurar aprimorar, capacitar-se e aprender, para assim, descobrir novas formas de ensinar.

Assim, a educação deve ser em sua totalidade um espaço de transformação do indivíduo e da sociedade. A criança tem direito ao domínio da leitura e escrita para ser incluída num mundo de desafios, que vai além dos muros da escola. Na

construção da escrita, fica claro que o educando constrói conhecimentos dentro do seu contexto de vida, através de experiências vivenciadas e de alguma forma significativas. Ao final, baseando-se nas afirmativas, toda aprendizagem acontece em um contexto significativo, então o teste deve ser feito através de estímulos que tenham significados para ela. Realizar o teste sem significação para o aluno não se chega a conclusões reais.

Nesse contexto, a aprendizagem gera desenvolvimento; o bom ensino parte daquilo que o aluno já sabe e ressignifica seu conhecimento; o professor pode provocar avanços que não aconteceriam sozinhos; o professor também está em processo de desenvolvimento, é o mediador entre o sujeito e o conhecimento organizado. O educador é fundamental no ambiente escolar, cabe a ele, criar e proporcionar aos educandos momentos de interação, não pode pensar a educação como algo fora do cotidiano, para que haja uma educação verdadeira, a necessidade de se pensar em ações transformadoras, pensando e respeitando as diferenças, pois não podemos seguir um mesmo padrão para todas as crianças porque nós seres humanos aprendemos de formas diferentes.

### **2.3. A alfabetização como enfoque nas Diretrizes Curriculares Nacionais.**

Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que está inserida em um mundo letrado. Segundo a educadora Weez (ano e p), “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e tem função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Acreditamos que a aprendizagem da leitura e escrita depende de duas portas de entrada, distintas, porém indissociáveis e que necessitam serem trabalhadas ao mesmo tempo, alfabetização e letramento.

Como diz Soares (2003), não adianta aprender uma técnica e não saber usá-la. Diante dessas afirmativas, não pode desconsiderar a especificidade da aquisição do sistema de escrita (ensinar a técnica), sem perder de vista as práticas sociais da leitura e escrita. Sabe-se que é necessário *ressignificar* a unidade entre a aprendizagem e ensino, uma vez que, em última instância, sem aprendizagem o ensino não se realiza. Para Ferreiro (1999), a arte de alfabetizar vai muito além de quadro e giz. Envolve conhecimentos profundos da vivência do aluno, conhecimentos do professor, materiais, técnicas, método e muito apoio em equipe.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1988), o acesso ao ensino fundamental aos seis anos permite que todas as crianças brasileiras possam usufruir o direito à educação, beneficiando-se de um ambiente educativo, voltado à alfabetização e ao letramento, à aquisição de conhecimentos de outras áreas e ao desenvolvimento de diversas formas de expressão. Destacando a alfabetização a diretriz curricular afirma que:

[...] A aquisição da leitura e da escrita na escola, fortemente relacionada aos usos sociais da escrita nos ambientes familiares de onde vem as crianças, pode demandar tempos e esforços diferenciados entre os alunos da mesma faixa etária. (BRASIL, 1988, p.110).

Compreende-se que a criança é fruto do seu meio e dependendo como a leitura e escrita faz parte na vida familiar, poderá demorar mais ou menos para ser alfabetizada. Sabendo disso, o foco nas experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provém das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (1988), é possível observar que:

[...] O conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem a ver com os lugares de onde fala os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos, os projetos de solidariedade em jogo. (BRASIL, 1988, p.106).

Com isso, cada educador tem que conhecer sua realidade escolar e adaptar o currículo e as metodologias para que haja evolução na aprendizagem.

[...] A garantia do Ensino Fundamental de qualidade para todos está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e à redução da pobreza, ao mesmo tempo em que tem um papel importante nesse processo. As políticas públicas no campo da saúde, habitação, emprego, dentre outras, porque essas políticas dependem umas das outras, pelo estreito relacionamento que mantém entre si. (BRASIL, 1988, p. 107).

A abordagem afirmada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em que o ensino de qualidade é para todos. O alfabetizando, ao apossar-se da escrita, vai assumindo gradualmente consciência de uma história de onde ele mesmo é autor. Ao tomar essa consciência, ele se torna mais reflexivo e mais responsável. Assim, a educação deve ser em sua totalidade um espaço de transformação do indivíduo e da sociedade. No programa do governo federal. Alfabetização na Idade Certa, toda criança tem direito ao domínio da leitura e escrita para ser incluída num mundo de desafios, que vai além dos muros da escola.

Portanto, a alfabetização é uma das etapas que contribui para evolução intelectual do aluno, é um processo contínuo que ocorre de maneira gradativa. Todo aluno precisa interpretar, compreender e assimilar o conteúdo para que ocorra o ensino aprendizagem da leitura e escrita. Aprender a ler e escrever são um processo mental, de decodificação,

que primeiro é preciso ler para depois escrever porque, ler consiste na capacidade de extrair a pronúncia e o significado de uma palavra a partir de sinais gráficos e escrever consiste na capacidade de codificar graficamente os sons correspondentes a uma palavra. O seu propósito é ajudar as crianças a compreender o que leem e a desenvolver estratégias para continuar a ler com autonomia, assim como escrever e comunicar, de modo que um leitor, situado remotamente no tempo e no espaço, possa compreender o propósito e o significado do que está escrito. Os novos caminhos da alfabetização é um desafio onde professores e alunos ocupam um papel de destaque no processo de construção do conhecimento. A alfabetização é uma das etapas que contribui para a evolução intelectual do aluno, um processo contínuo que ocorre de maneira gradativa. (CAPOVILLA e MEMNON, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo conhecer os processos que envolvem a alfabetização e letramento na busca de adquirir uma aprendizagem significativa. Houve a compreensão sobre a importância do reconhecimento de palavras escritas pelo educando como ponto de partida do processo de leitura.

Os teóricos que embasaram o estudo permitiram o entendimento em relação ao letramento,

como este ocorre naturalmente, desde que o indivíduo esteja inserido no mundo letrado e que muitas crianças ao virem para escola já apresentam interesse pelas letras, quando na família recebem incentivos que mobilizam o mundo da escrita, sendo de suma importância para o ser humano.

Houve ainda a compreensão ainda sobre o processo da aquisição da leitura e da escrita relacionada com o uso social da linguagem. A alfabetização então foi assumida como um processo complexo e multidimensional. Ao mesmo tempo, é fundamental uma observação cotidiana e atenta do percurso dos alunos. Assim, nos primeiros dias de aula, o professor alfabetizador tem uma tarefa imprescindível: descobrir o que cada aluno sabe sobre o sistema de escrita. É a chamada sondagem inicial (ou diagnóstico da turma), que permite identificar quais hipóteses sobre a língua escrita as crianças têm e com isso adequar o planejamento das aulas de acordo com as necessidades de aprendizagem.

Nesse contexto, a criança é levada a ler e escrever, em diversos ambientes, e em diversas situações, em sala de aula, utilizando todos os recursos de que dispõe. Sendo assim, a leitura é a finalização e consequência dos conceitos internalizados, promovendo e favorecendo o aprendizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Teoria das Inteligências Libertadoras**. 3ª edição: Petrópolis, RJ; vozes, 2000.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Ministério da Ed. e do Desporto, Secretaria de Ed. Fun. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetização & linguística**. São Paulo: Scipione, 1992. Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 1998.

CAPOVILLA, Alessandra G.S. Capovilla, Fernando C. **Alfabetização: Método Fônico**. 4º. ed. São Paulo: Menon, 2007.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. 18ª ed. São Paulo, Cortez 2007.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília. **Com todas as Letras**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ler e escrever num mundo em transformação**. 2ª.ed.Tradução de Claudia Berliner. São Paulo. Cortez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Psicogênese da língua escrita**. 4ªed.Porto Alegre, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GOMES, G. M. **Jogos na Alfabetização: Brincar para escrever**, 2015.

KATO, M.(org.) **A concepção da escrita pela criança**. Campinas, Pontes, 1988.

KOMEDI, **Para as Práticas Pedagógicas Alfabetização e letramento**. São Paulo: 2001.

MORAIS, A. G. & Albuquerque, E. B. C. **Alfabetização e letramento: o que são? Como se relacionam? Como alfabetizar letrando?** In Lela, T. F. e Albuquerque, E. B. C. **Alfabetizando jovens e adultos letrados: outro olhar sobre a educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIAGET & Darwin - **Para uma História da Psicologia da Criança**. <https://www.saraiva.com.br/de-darwin-a-piaget-para-uma-historia-da-psicologia-da-crianca>. Acessado em 05/10/2017.

PIAGET, J. **A psicogênese dos conhecimentos e a sua significação epistemológica**. In P., P., M. (Org.).Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Piaget e Noam Chomsky. Ed. 70. Lisboa, 1985.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_.**Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n.25, jan.-abr./2004.

SOARES, M.B. **Linguagem e escola**. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_.**Letramento: um tema em três gêneros**. B. H. Autêntica, 2009.

SOUZA, A. de M. e. **A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica**: informações e decisões. In: SOUZA, Alberto de Mello e. (Org.). Dimensões da avaliação educacional. Petrópolis: Vozes, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Editora Scipione Ltda, 1989.

VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas**, Vol. III. Madrid: Visor, 1995.

\_\_\_\_\_. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Ícone, 2001.

## CONHECIMENTO E AS ESTRUTURAS COGNITIVAS\_VINCULADAS AO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO

Rousimeire da Silva Freitas <sup>8</sup>

### RESUMO

Uma questão fundamental nos estudos sobre a aprendizagem está localizada nos processos do tipo de conhecimento. Embora seja uma linha privilegiada na pesquisa Educacional desde a sua formação disciplinar inicial, há um interesse renovado hoje em examinar este construto novamente em um contexto de renovação paradigmática e mudanças no nível planetário, nos modos de conhecer e interagir com o conhecimento. Neste contexto, propusemo-nos a estudar os tipos de conhecimento por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa.

**Palavras-chave:** Conhecimento. Formação Cognitiva. Aprendizagem.

### ABSTRACT

A key issue in learning studies is found in knowledge-type processes. Although it has been a privileged line in Educational research since its initial disciplinary training, there is a renewed interest today in examining this construct again in a context of paradigmatic renewal and changes at the planetary level, in ways of knowing and interacting with knowledge. In this context, we have proposed to study the types of knowledge through a bibliographical, descriptive and qualitative research.

**Keywords:** Knowledge. Cognitive training. Learning.

### 1. INTRODUÇÃO

O conhecimento é a capacidade de agir, processar e interpretar informações para gerar mais conhecimento ou resolver um problema particular. O conhecimento pode ser interpretado e compreendido por seres humanos e até mesmo máquinas por agentes inteligentes, isto é adquirido por meio de bases de conhecimento ou conjuntos de formação e inferência lógica.

Cientistas e pesquisadores definem o conhecimento de duas maneiras: como uma representação mental da realidade e como informação que pode ser transmitida de uma entidade para outra por meios não genéticos. Na concepção de Piaget, as formações cognitivas estão ligadas ao desenvolvimento etário do ser humano, variando de pessoa para pessoa. Dessa forma, em cada momento temporal há uma formação cognitiva diferente, sendo perceptível em observações detalhadas, considerando classificações levando em consideração o espaço, tempo, movimento (PLANETA EDUCAÇÃO, 2016).

A formação cognitiva quando atinge nível satisfatório, facilita as atuações do indivíduo perante a realidade, com boa adaptação e ação diante das possibilidades e situações. Em desenvolvimento infantil, os materiais de estímulo à aprendizagem devem ser adequados e correspondentes à idade, propiciando atividades motoras ou mentais. Não é saudável forçar com

<sup>8</sup>Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Biológicas. Mestrado em Ciências da Educação. Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados em Pedagogia. Pós Graduação - Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva.

atividades superiores a capacidade cognitiva atual da criança, tendo em vista que:

A psicologia cognitiva é totalmente divergente de outras abordagens da psicologia por dois motivos principais: 1. Refuta a introspecção e adota o método científico positivista como método válido de investigação, o que contraria os métodos fenomenológicos, como a psicologia freudiana, por exemplo. 2. Defende a existência de estados mentais internos, tais como: o desejo; as crenças (conjunto de suposições desejadas, inconsciente ou conscientemente por indivíduos ou grupos); as motivações (impulso de materialização do desejo na conduta dos indivíduos de forma consciente ou inconsciente), tais estados mentais vão contra os preceitos da psicologia comportamental (VESCE, 2017, p.1).

Compreende-se assim que a teoria de Piaget é relevante para o estudo da psicologia cognitiva, principalmente quanto ao desenvolvimento mental do ser humano. Isso porque ela explica que a aprendizagem é a construção e aumento do conhecimento, que acontece quando o processo de acomodação evolui para o de assimilação, ou seja, quando se faz uma reorganização da estrutura cognitiva, reformulando as capacidades intelectuais do indivíduo.

## 2. TIPOS DE CONHECIMENTO: FÍSICO, LÓGICO-MATEMÁTICO, SOCIAL

Ao tratar sobre os tipos de conhecimentos é necessário primeiramente definir que:

[...] o conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo nem de objetos já constituídos (do ponto de vista do sujeito) que a ele se

imporiam. O conhecimento resultaria de interações que se produzem a meio caminho entre os dois, dependendo, portanto, dos dois ao mesmo tempo, mas em decorrência de uma indiferenciação completa e não de intercâmbio entre formas distintas (PIAGET, 2015, p. 6).

Nesse sentido, pode-se observar que não existe somente um tipo de conhecimento capaz de resultar a inteligência ou capacidade do indivíduo, mas um conjunto de fatores que se envolvem e permitem a complementação de diferentes inteligências em interação com o meio social em que o indivíduo se encontra inserida.

Observa-se ao analisar os estudos de Piaget e de outros seguidores de sua Teoria, que os conhecimentos não possuem a mesma natureza, dessa forma, podem derivar de três aspectos diferentes o físico, lógico-matemático e o social. (SARAVALI; GUIMARÃES, 2010).

No caso do conhecimento físico esse contempla as experiências diretas com os objetos, abstraindo-se o empírico, isto para Assis (2003, p. 78) significa a: “[...] abstração das propriedades observáveis que são inerentes aos objetos”, como, por exemplo, cor, forma, textura, gosto, odor, dentre outros.

Em relação ao conhecimento lógico-matemático, o mesmo é um tipo de estrutura em que ocorre a abstração reflexionante, que permite a criação e introdução das relações entre os objetos que podem ser comparados e

quantificados entre si (SARAVALI; GUIMARÃES, 2010).

Enquanto o conhecimento social é o objeto que se origina nas transmissões sociais, isto significa dizer, das relações e interações sociais. Desse modo, para adquirir esse conhecimento é preciso a convivência com outras pessoas que possibilitam novas informações, bem como, um ambiente social em que seja possível a interação entre os indivíduos (SARAVALI; GUIMARÃES, 2010).

De uma forma simplificada o conhecimento físico está relacionado aos objetos do mundo que são exteriores ao sujeito; o lógico-matemático é interno ao sujeito e o social tem elo com as convenções sociais, que em sua maioria são arbitrárias e transmitidas de um indivíduo para outro, na maioria das vezes, de adultos para crianças/adolescentes (FRANCO, 2016). Segundo a Teoria de Piaget pode-se distinguir o conhecimento físico do lógico-matemático a partir da compreensão de que:

O fato de que uma bola rola em uma rampa, que uma certa combinação de materiais produz cristais e que certos objetos flutuam na água é um exemplo de conhecimento físico. A fonte do conhecimento físico está, portanto, principalmente no objeto, ou seja, na forma com que o objeto proporciona ao sujeito oportunidades para observação. O conhecimento lógico-matemático, por outro lado, consiste nas relações que o sujeito cria e introduz nos, ou entre objetos. Um exemplo de conhecimento lógico-matemático é o fato de que, no exercício de inclusão da classe, existem

mais cubos que cubos azuis. [os cubos] não estão organizados dentro da classe de “todos os cubos” compostos das subclasses “cubos amarelos” e “cubos azuis” até que a criança crie essa organização hierárquica e introduza-a entre os objetos (KAMII, 2001, p. 32-33).

Para Piaget a fonte do conhecimento físico é o comportamento do próprio objeto, enquanto a fonte do conhecimento lógico-matemático se origina nas relações criadas ou introduzidas “nos” ou “entre” os objetos, sendo assim, os dois conhecimentos possuem naturezas diferentes.

Nesse sentido, aponta-se que o desenvolvimento psicológico, que permite a criança ser conduzida ao pensamento adulto segundo Piaget (2015, p. 12): “não dependeria unicamente de fatores psico-biológicos hereditários, nem simplesmente da pressão do meio físico sobre o espírito, mas, sobretudo, da influência da vida social sobre o indivíduo”.

Considerando esses fatos aponta-se que as crianças possuem a capacidade de transformar os fenômenos sociais em objetos de conhecimento, e, desse modo, dinamizam suas ideias e as transformam em conceitos singulares e que lhe permitem interagir com o ambiente em seu se encontram inseridas (SARAVALI; GUIMARÃES, 2010).

Existem ainda as estruturas cognitivas que são as consequências das ações do aprendiz, no caso específico, da criança/adolescente em relação aos adultos. Tais ações não são estáticas,

isso porque se transforma e modificam no decorrer do processo de desenvolvimento cognitivo do ser humano. Nesse sentido, quando o indivíduo manipula objetos passa a observar suas diferenças e semelhanças e a forma mais adequada de agir/reagir a eles (FRANCO, 2016).

## 2.1. A estrutura cognitiva

Ao apresentar os aspectos que envolvem a Teoria de Piaget é relevante o conceito de estrutura cognitiva, que são padrões de ação física e mental, que se originam em atos específicos de inteligência e vinculam-se ao estágio de desenvolvimento que se encontra a criança. Essa estrutura cognitiva está dividida em quatro etapas:

Existem quatro estruturas cognitivas primárias (isto é, estágios de desenvolvimento) de acordo com Piaget: sensorial-motor, pré-operações, operações concretas e operações formais. No estágio sensorial-motor (0-2 anos), a inteligência assume a forma de ações motoras. A inteligência no período pré-operação (3-7 anos) é de natureza intuitiva. A estrutura cognitiva durante o estágio de operações concretas (8-11 anos) é lógica, mas depende de referências concretas. No estágio final de operações formais (12-15 anos), pensar envolve abstrações (PLANETA EDUCAÇÃO, 2016, p.1).

As estruturas cognitivas se transformam por meio de formações da adaptação, como a assimilação e a acomodação. No que tange a assimilação, é o ato de interpretar eventos com estruturas intelectuais já criadas, e sobre a acomodação é a modificação e alteração dessas estruturas, a fim de entender o meio. A formação

cognitiva incide de uma necessidade de modificação e adaptação ao meio, assemelhando a teoria de Piaget a de Vygotsky, que também versa sobre a aprendizagem construtiva (PORTAL EDUCAÇÃO, 2016).

Sobre a psicologia cognitiva tem-se que a mesma é considerada a área da psicologia que rege a relação do indivíduo com a percepção, aprendizado, lembranças, representações das informações que adquire com a realidade. Essa seara abarca todos os estudos relacionados ao pensamento, memória e percepção do indivíduo, com interesse em codificar o modo como o mundo é entendido e representado, além das capacidades de fala, raciocínio, resoluções de problemas, entre outras (VESCE, 2017).

Na concepção de Piaget as formações cognitivas estão ligadas ao desenvolvimento etário do ser humano, variando de pessoa para pessoa. Dessa forma, em cada momento temporal há uma formação cognitiva diferente, sendo perceptível em observações detalhadas, considerando classificações levando em consideração o espaço, tempo, movimento (PLANETA EDUCAÇÃO, 2016).

A formação cognitiva quando atinge nível satisfatório, facilita as atuações do indivíduo perante a realidade, com boa adaptação e ação diante das possibilidades e situações. Em desenvolvimento infantil, os materiais de estímulo a aprendizagem devem ser adequados e correspondentes a idade, propiciando atividades

motoras ou mentais. Não é saudável forçar com atividades superiores a capacidade cognitiva atual da criança, tendo em vista que:

A psicologia cognitiva é totalmente divergente de outras abordagens da psicologia por dois motivos principais: 1. Refuta a introspecção e adota o método científico positivista como método válido de investigação, o que contraria os métodos fenomenológicos, como a psicologia freudiana, por exemplo. 2. Defende a existência de estados mentais internos, tais como: o desejo; as crenças (conjunto de suposições desejadas, inconsciente ou conscientemente por indivíduos ou grupos); as motivações (impulso de materialização do desejo na conduta dos indivíduos de forma consciente ou inconsciente), tais estados mentais vão contra os preceitos da psicologia comportamental (VESCE, 2017, p.1).

Compreende-se assim que a teoria de Piaget é relevante para o estudo da psicologia cognitiva, principalmente quanto ao desenvolvimento mental do ser humano. Isso porque ela explica que a aprendizagem é a construção e aumento do conhecimento, que acontece quando o processo de acomodação evolui para o de assimilação, ou seja, quando se faz uma reorganização da estrutura cognitiva, reformulando as capacidades intelectuais do indivíduo.

## **2.2. Como o desenvolvimento cognitivo é alcançado**

O desenvolvimento cognitivo, sendo previsível e linear, acontece antes do período de aprendizagem, pois grande parte de conhecimentos só são maturados pelo indivíduo

em fase de formação da estrutura biológica avançada. Assim surgiram os estágios de formação cognitiva, ponto de alta relevância na sua teoria (PIAGET, 2017).

Tem-se que o desenvolvimento mental é concluído em quatro períodos, em acontecimentos de procedimentos evolutivos e biológicos do ser humano, considerando faixas etárias (PIAGET, 2017). A primeira acontece entre 0 a 2 anos, chamada de estágio de inteligência sensório-motora; a segunda, entre 2 a 6 anos, acontece o estágio pré-operatório; entre 6 a 12 anos, consiste no estágio operatório concreto; e por fim, a última evolução, de 12 anos em diante o estágio operatório formal. Esse desenvolvimento não é estático, varia de acordo com os aspectos biológicos de cada indivíduo.

[...] A ordem em que as estruturas mentais se sucedem e evoluem é sempre constante, mesmo que cronologicamente não seja exaltada, podendo a idade variar, mas não a ordem de sucessão das aquisições. A cada nova fase os novos conhecimentos se integram ao saber pré-existente, ou seja, há um caráter integrativo em cada estágio. Cada estágio apresenta-se como uma estrutura de conjunto, pois as aquisições se integram e passam a formar um todo. Os estágios estão interligados no sentido de que cada estágio compreende um nível de preparação de uma nova etapa e de acabamento de outra (BALESTRA, 2007, p.185).

No estágio sensório-motor, fase inicial do desenvolvimento cognitivo, a inteligência está sendo fomentada e construída, sem nenhuma prévia experiência, por meio de práticas e ações

reflexivas. Nesse estágio as coordenações mentais são limitadas e se abre um leque de possibilidades de aprendizados por meio de movimentos. As ações de um bebê consistem em atividades por coordenação sensorial e motora simples (FERRARI, 2014).

O bebê não possui barreiras de consciência limitando o mundo interior do exterior, não conseguindo fazer distinções psicológicas de seu próprio corpo e do restante ao seu redor. O próprio corpo é a referência para as experiências que lhe são ofertadas, sendo o centro da sua capacidade de entendimento (BALESTRA, 2007).

A partir dos dois anos, surge a capacidade simbólica na criança, que passa a desenvolver a linguagem, ainda de forma primitiva, mas preceitua mudanças relevantes na cognição, afetividade e concepção social, devido a maior interatividade nas relações interpessoais, melhorando a expressão corporal e sensorial nas representações. as evoluções psicológicas tendem a ficar mais aceleradas, pois com as novas capacidades adquiridas, a criança passa a efetuar mais ações que possuem significado para ela (TERRA, 2011).

Ao tratar sobre os estágios da criança tem-se que:

O estágio pré-operacional é representado por um grande avanço para o desenvolvimento com a gênese da capacidade simbólica. O desenvolvimento da linguagem traz consigo três consequências para a vida mental da

criança, sendo: a socialização da ação com trocas entre os indivíduos; o desenvolvimento da intuição e desenvolvimento do pensamento a partir do pensamento verbal que traz consigo o finalismo (porquês), e os animismos, e por fim o artificialismo (FERRARI, 2014, p. 19).

Em princípio essa linguagem é própria com a emissão de sons curtos e desconexos, mas, logo ocorre um processo de evolução em relação a inteligência linguística e a criança passa a pronunciar as primeiras palavras, embora ainda diferente do que é considerado adequada, o processo de evolução da inteligência e de maturação permite a melhoria contínua e a verbalização de suas emoções.

No estágio operatório-concreto, a criança está madura para compreender novos conhecimentos e convicções lógicas, em paralelo com as mudanças físicas como a alteração da aparência. Essas modificações são intensas, tanto as físicas quanto as mentais, o que exige que a criança seja acompanhada e auxiliada sobre a compreensão das evoluções, para que não negue ou retroaja nos efeitos (FERRARI, 2014).

Nessa fase, a criança tem maturidade de criar a capacidade de coordenar as situações e visões diferentes sobre a realidade, absorvendo de maneira lógica e coesa, conseguindo construir conhecimento e dar significados a eles (TERRA, 2011). É nesse momento que a criança cria uma rede de raciocínio com caixa para guardá-lo de maneira lógica e organizada.

Ainda sobre essa faixa etária tem-se que o individualismo e visão egocêntrica passam a diminuir, pois existe maior necessidade de relação com outras pessoas, desenvolvendo uma comunicação mais eficiente e considerando outras visões de mundo e não apenas a íntima (FERRARI, 2014). Nesse período as relações sociais se tornam mais intensas por meio de brincadeiras e jogos fundamentados por regras, assim como a evolução da compreensão do certo, do errado e da penalização.

No estágio operatório formal, última fase do desenvolvimento cognitivo, que perdura por toda a vida, a criança está com um intelecto mais aguçado e maduro (FERRARI, 2014). O seu pensamento não depende de experiência direta, ou seja, está totalmente formado, conseguindo elaborar situações-problemas, operações lógicas, e considerações sobre raciocínio lógico a partir de proposições e não apenas números ou objetos.

Essa fase absorve a evolução de todas as outras, construindo uma estrutura cognitiva mais forte, propícia para novas aquisições e estimulações (BALESTRA, 2007). A partir desse período, nas novas concepções serão aprendidas por meio de pensamentos relacionados aos aspectos internos e externos do indivíduo.

Ainda com o propósito em debater os aspectos que envolvem a estrutura cognitiva do indivíduo tem-se o entendimento sobre a Teoria de Feuerstein, como apresentado na sequência.

### **2.3. A Estrutura Cognitiva Segundo Feuerstein**

A Teoria de Feuerstein é fundamentada na definição de Vygotsky sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal, pois ele disciplina que se deve propor ferramentas que incentive a progressividade de desenvolvimento cognitivo do indivíduo, de maneira intencional e planejada, com detalhamento ao se considerar as experiências que essas proposições alcançaram (GONÇALVES; VAGULA, 2012).

As interpretações de Feuerstein são mais abrangentes do que as de Vygotsky, pois ele considera que esse incentivo proporciona uma mudança intensa sobre a postura e ações pontuais da pessoa, com ênfase na modificação da estrutura cognitiva, como incremento das operações mentais e motoras.

A Teoria de Feuerstein incrementa o estudo da psicologia cognitiva ao distinguir dois fatores que influenciam na estrutura cognitiva. São os fatores ditais ou distantes do poder de ação do indivíduo que está relacionado a evolução cognitiva mas não é determinante para que ela se realize, e os fatores etiológicos proximais ou próximos, que regem a Experiência de Aprendizagem Mediana (EAM), ou seja, não é determinante apenas a formação do conhecimento, mas dar significado à eles (BEYER, 2002). Em relação aos fatores distantes aponta-se que estes seriam:

[...] fatores hereditários genéticos, fatores orgânicos, nível de maturidade, equilíbrio emocional familiar, estimulação do envolvimento ambiental, status socioeconômico e diferenças culturais, que podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento cognitivo, mas o que será determinante para Feuerstein, será a presença (variável em quantidade e qualidade) ou ausência de EAM. Assim, uma pessoa pode ter nascido em um contexto materialmente bastante favorável, por exemplo, mas não se desenvolver por falta de estimulação adequada. Por outro lado, alguém que tenha sofrido condições limitadoras, pode vê-las superadas, mediante intervenções de mediadores que favoreçam sua modificabilidade. O inverso dessas duas situações também é verdadeiro (GONÇALVES; VAGULA, 2012, p. 8).

Pode-se compreender assim que Feuerstein considera que não existem elementos pré-existentes que limitem o desenvolvimento cognitivo humano, pois qualquer indivíduo que tenham contanto com a EAM pode ter modificações e desenvolvimentos intelectuais, constituindo esse um processo em transformação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo compreendeu-se que o conhecimento deriva da ação, não no sentido de meras respostas associativas, mas num sentido muito mais profundo, que é a assimilação do real à coordenação necessária e geral da ação. Conhecer um objeto é agir sobre ele e transformá-lo, capturar os mecanismos dessa transformação em conexão com as próprias ações transformadoras.

Portanto, o conhecimento pode ser gerado de várias maneiras e aplicado de diferentes

maneiras. Compreende-se desse modo, que o conhecimento não se encontra no sujeito-organismo ou no objeto-meio e, sim, na interação de ambos. Dinamizar conteúdos, instigar os alunos a se adaptarem ao ambiente e, ao mesmo tempo permitir que ocorram processos de transformações nesse ambiente, buscando a melhoria/evolução do processo ensino-aprendizagem são elementos essenciais para o desenvolvimento da inteligência humana, especialmente, na escola em que crianças e adolescentes necessitam vivenciar um processo contínuo de adaptação, aceitação e equilíbrio. Qualquer que seja o conhecimento o objetivo é o mesmo e é desenvolver as capacidades dos seres humanos para contribuir para a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRA, M. M. M. **A Psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade.** Curitiba-Paraná: Ibpex, 2007.

FERRARI, D. F. M. **Desenvolvimento cognitivo: as implicações das teorias de Vygotsky e Piaget no processo de ensino aprendizagem.** 2014. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4808/1/MD\\_EDUMTE\\_VII\\_2014\\_34.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4808/1/MD_EDUMTE_VII_2014_34.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática.** Porto Alegre-Rio Grande do Sul: Artes Médicas, 2012.

PIAGET, J. **Estudos sociológicos.** Geneve: Librairie Droz, 1977.

\_\_\_\_\_. **Seis estudos de Piaget.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. **A psicologia da inteligência.** São Paulo: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. **A epistemologia genética.** São Paulo: Wmf, 2017.

PLANETA EDUCAÇÃO. **Estrutura do intelecto (J. P. Guilford).** 2016. Disponível em: <<http://teste.planetaeducacao.com.br/professores/suporteaprof/pedagogia/teoria47intel.asp>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

SABINO, M. A.; ROQUE, A. S. de S. **A teoria das inteligências múltiplas e sua contribuição para o ensino de língua italiana no contexto de uma escola pública.** 2006. Disponível em: <[www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo3/ateoriadasinteligencias.pdf](http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo3/ateoriadasinteligencias.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SARAVALI, E. G.; GUIMARÃES, T. **Ambientes educativos e conhecimento social: Um estudo sobre as representações de escola.** *Educ. rev.* Belo Horizonte-Minas Gerais, v.26, n.1., 2010.

SOBRAL, O. J. **Inteligência humana: concepções e possibilidades.** 2013. Disponível em: <<http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2013/05/3.-INTELIG%C3%8ANCIA-HUMANA-CONCEP%C3%87%C3%95ES-E-POSIBILIDADES-Osvaldo-Jos%C3%A9-Sobral.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

## DEFICIÊNCIA OU EFICIÊNCIA: QUEM É O SUJEITO

Valério Mendes da Silva<sup>9</sup>

### RESUMO

De acordo com essa questão, podemos dizer que existe um paradoxo educacional, com vistas que o sistema de ensino deve visar a eficiência, mas em se tratando de deficiência, acredito que no contexto atual, o sujeito é a deficiência, até mesmo para que pudesse acontecer as transformações que ocorreram, mas é preciso transferir o sujeito para a eficiência, rompendo com os paradigmas atuais. Com os avanços da legislação, houve uma quebra de paradigma, no sentido da inclusão, mas traz à tona uma outra realidade que é o fator interno que pode ser impeditivo da aprendizagem, novas barreiras devem ser quebradas no sentido de que a escola e seus sujeitos, devem entender que esses sujeitos não devem ser inseridos no mercado de trabalho com as mesmas oportunidades dos demais, mas sim, garantir que os mesmos frequentem os mesmos espaços. A prática pedagógica através do planejamento de aula do professor que deve seguir uma orientação do PPP (Projeto ou Proposta Política Pedagógica) da escola, deve permear os saberes culturais do aluno, valorizando suas diferenças, ou seja, respeitando-as, cujos recursos devem ser partilhados por todos da comunidade, na maioria das vezes, as escolas ficam com medo de expor suas fraquezas, mas é necessário para uma avaliação e planejamento de novas ações e de superação.

**Palavras-Chave:** Inclusão, Aluno, Políticas de Inclusão.

### ABSTRAT

According to this point, we can say that there is a paradox, with views that the education system should aim at efficiency, but when it comes to disability, I believe that in the current context, the subject is the deficiency, even for what might happen the transformations that have occurred, but it is necessary to transfer the subject to efficiency, breaking with the

<sup>9</sup> Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela UFMT. Especialização também pela UFMT, atualmente cursando Mestrado.

current paradigms. With advances in legislation, there was a paradigm shift, to include, but brings up another reality that is the internal factor that may be preventing learning, new barriers must be broken in the sense that the school and its subject must understand that these subjects should not be inserted into the labor market with the same opportunities, but yes, ensure that they attend the same spaces. The pedagogical practice through teacher's lesson planning that must follow a guideline of the PPP (or Project Proposal Educational Policy) of the school.

**KEYWORDS: Inclusion, Student, inclusion policies.**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa atender aos requisitos da disciplina, optei por escrever o que entendi do texto "Políticas de inclusão em educação: consequências nas culturas e práticas em uma escola de ensino médio" da autora Mara Lago.

## 2. DEFICIÊNCIA OU EFICIÊNCIA: QUEM É O SUJEITO

De acordo com essa questão, podemos dizer que existe um paradoxo educacional, com vistas que o sistema de ensino deve visar a eficiência, mas em se tratando de deficiência, acredito que no contexto atual, o sujeito é a deficiência, até mesmo para que pudesse acontecer as transformações que ocorreram, mas é preciso transferir o sujeito para a eficiência, rompendo com os paradigmas atuais. A inclusão passa por uma evolução histórica através dos tempos, com muito preconceito e genocídios, em

alguns determinados tempos eram considerados seres diabólicos e eram condenados à morte.

No Brasil, como o desenvolvimento de políticas públicas que visam à inclusão de seres considerados marginalizados, não apenas os deficientes de alguma razão, mas todos que são discriminados existem um movimento muito forte de integrá-los à sociedade tão desigual, em sentido de igualdade social e profissional.

Em se tratando do tema da Educação Especial no Brasil, para deficientes, podemos dizer que houve avanços significativos, ao introduzi-los em salas comuns, para que os mesmos fossem tratados como iguais, pelos demais, para que eles próprios se sentissem assim, seres humanos como os demais. São diferentes dos demais pela deficiência adquirida ou herdada através da gênese familiar, ou outro tipo não escolheu ser assim, então temos que estabelecer um ambiente acolhedor e familiar para os mesmos, para que não se sintam rejeitados e marginalizados.

Quando foram quebrados os primeiros grilhões das correntes que prendiam essas amarras do imaginário que jamais poderia se pensar tais alunos junto com os demais como empecilhos, para a aprendizagem dos demais, são avanços consideráveis. Nessas trajetórias culturais tiveram que ser mudadas, foi necessário romper barreiras dentro da própria escola e depois das famílias, era inadmissível pensar tais relacionamentos. A escola ao receber estes alunos estava despreparada, inclusive sem rampas de acesso, ou banheiros especiais, o

mundo teve que se adaptar a essa realidade, após uma árdua batalha nos bastidores, problemas estruturais, metódicos e financeiros. Com a criação das PESTALOZZI, os pais achavam que seus filhos especiais deveriam frequentar apenas estas escolas especializadas, onde não aprendiam nada, nem interagiam com pessoas diferentes a não ser seus instrutores. Esses sujeitos viviam de forma sombria, seus familiares os escondiam da sociedade, por medo ou vergonha. Com os avanços da legislação, houve uma quebra de paradigma, no sentido da inclusão, mas traz à tona outra realidade que é o fator interno que pode ser impeditivo da aprendizagem, novas barreiras devem ser quebradas no sentido de que a escola e seus sujeitos, devem entender que esses sujeitos não devem ser inseridos no mercado de trabalho com as mesmas oportunidades dos demais, mas sim, garantir que os mesmos frequentem os mesmos espaços.

Precisamos ter clareza de nossos objetivos para não ficar criando mais barreiras na inclusão dos mesmos, precisamos na verdade observar as falhas, estruturais e metódicas pedagogicamente para que possamos traçar estratégias de superação e que seja relevante para o ensino aprendizagem.

A inclusão deve ser concebida não apenas no sentido pedagógico, mas em todos os envolvimento sociais e familiares, compreendendo como cidadão de fato, limitado, mas, conscientes e críticos. É na inter-relação cotidiana no campo pedagógico que vamos identificando as dificuldades,

ou seja, as barreiras apresentadas com relação à inclusão, nesse sentido podem traçar metas a partir daí para romper tais obstáculos, desta forma as escolas poderiam se tornar ambientes mais acolhedores. Estudar e se envolver com as culturas é fundamental e até mesmo crucial, por determinarem os valores, princípios que justificam as crenças e comportamentos em um determinado contexto.

A partir desse conhecimento é que se torna possível interferir de forma significativa na vida escolar do aluno, conhecer seu cotidiano, hábitos e costumes, é de fundamental importância no processo educativo contemporâneo. Em se tratando de políticas públicas, aqui referenciadas as inclusivas, deveriam ser elaboradas com a participação popular, com todos os segmentos escolares (estudantes, professores, funcionários e pais), conforme afirma Boot e Ainscow (2002) que as descrevem como sendo políticas inclusivas aquelas que encorajam a participação de todos os segmentos escolares nas discussões sobre os problemas enfrentados no cotidiano e na criação de estratégias que visam minimizar as pressões excludentes. Portanto, tais políticas visam garantir a inclusão em todos os planos escolares.

Tais dimensões dessas políticas devem ser palpáveis no ambiente escolar, devendo ser evidenciadas não apenas nas chamadas políticas públicas, no âmbito da lei propriamente dita, mas nas políticas institucionais e pessoais tanto nos regimentos internos das instituições escolares como em seus projetos ou propostas políticas-pedagógicas,

além dos códigos de condutas. A meu ver, a escola desafiou o ensinar quando trouxe para o chão da escola regular a inclusão, inseriu na sala de aula alunos especiais sem nenhum preparo, a partir, houve a necessidade de se elaborar políticas para legitimar tais ações e que até hoje, o professor não é preparado com o mínimo de conhecimento para trabalhar com um aluno especial, nem mesmo com os hiperativos.

[...] esta dimensão caracteriza-se pela explicitação das intenções, baseadas nos (ou em contradição com) valores característicos da primeira dimensão, embora esta relação nem sempre seja evidente e admitida. Para a autora “desenvolver políticas de orientação inclusiva implica não somente a coragem de admitir o que se deseja e prevê como educação, como também um planejamento sobre como colocar este desejo e esta previsão em prática.” (SANTOS, 2009, p. 17)

A inclusão em si, de que trata o texto, visto que o grande desafio é responder a pergunta sobre quem é o sujeito, eu diria que a inclusão deve ser vista, nas políticas públicas como sujeito, para garantir ao aluno o acesso ao saber indiscriminadamente.

A prática pedagógica através do planejamento de aula do professor que deve seguir uma orientação do PPP (Projeto ou Proposta Política Pedagógica) da escola, deve permear os saberes culturais do aluno, valorizando suas diferenças, ou seja, respeitando-as, cujos recursos devem ser partilhados por todos da comunidade, na maioria das vezes, as escolas ficam com medo de expor suas fraquezas, mas é necessário para uma avaliação e planejamento de novas ações e de superação. Assim

contemplamos as três dimensões culturais, didática e prática de ensino com relação com a sociedade.

De acordo com o filme, “Filhos do Silêncio”, um professor busca emprego em uma escola para deficientes (surdos), a escola ou o modelo apresentado no filme de Randa Haines é diferente dos modelos atuais do Brasil, cuja inclusão é feita socialmente. O objetivo é que pessoas que tem necessidades especiais (auditivas, visuais, motoras ou mentais) possam ser integradas ao ambiente escolar em que as crianças que não apresentam tais dificuldades estão estudando.

Uma das maiores dificuldades apresentadas com relação à prática em nosso país, está muito bem retratado no texto que me propus discutir aqui, em que apresenta uma pesquisa em uma determinada escola, em que tinha um aluno que sofria bullying, então detectaram o problema e direcionaram uma solução que podem ser adotadas por outras escolas, é necessária a participação de todos os sujeitos do processo, de todos os envolvidos para que possam analisar uma situação e apontarem juntos uma saída, isto é sistematizar o saber. O ideal é que todos os professores tivessem conhecimentos e preparos para atender todas as especificidades da escola, mas, não dão conta, a meu ver, por isso que existe o papel do coordenador pedagógico, para direcionar o professor em uma determinada situação. O filme “Filhos do Silêncio” traz uma abordagem que deixa transparecer estar muito além de seu tempo por apresentar uma prática pedagógica contextualizada e diferenciada ao

mesmo tempo em que discute a questão das necessidades especiais a partir do caso dos surdos-mudos.

Já o filme “Forrest Gump, O Contador de Histórias”, o personagem principal Forrest (Tom Hanks) é um homem especial, com QI de 75, deveria frequentar uma escola para meninos especiais, mas sua mãe sempre deu um jeitinho de colocar ele sempre junto com os considerados normais. Ele sempre procurou fazer com ele fosse tratado como normal e que o mesmo se sentisse assim, ela já defendia a ideia, pelo menos no filme, do modelo defendido no Brasil.

Ao se deparar com uma realidade própria do ambiente escolar, hoje tratada com mais rigor, ele teve que fugir de meninos que jogavam pedras nele, ele não conseguia nem andar direito devido aos aparelhos que usava para endireitar a coluna, quando tais aparelhos se quebram descobre que pode correr como o vento. Então, faz muitos feitos importantes e participa de vários momentos históricos, não apenas dos EUA, mas do mundo. Então podemos refletir que a grande mudança acontece não isolada em seu mundo, mas participando de grandes desafios e rompendo barreiras que realizamos grandes feitos.

O filme, a cor do paraíso, mostra o drama de um menino com deficiência visual, e sua família, rejeitado pelo pai, e por outros, mas de grande sensibilidade, que sofre com o desprezo do pai, que no final, a salva, percebendo que o mesmo é a única coisa mais importante de sua vida. O pai não permitia

que o mesmo frequentasse a escola, junto com garotos considerados normais, sendo que o mesmo quando levado pela mãe, foi considerado muito inteligente. O fato do mesmo, ser observador, e ter uma sensibilidade aguçada, tornava o mesmo muito inteligente e perspicaz, diferenciando dos demais.

## 2. CONCLUSÃO

Podemos concluir houve muitos avanços com relação a Inclusão, não apenas no âmbito educacional, mais principalmente no campo familiar.

A família passou a amar mais ou a dedicar mais atenção a pessoa portadora de necessidades especiais, compreendendo que a mesma é mais sensível, além disso, reduziu o preconceito existente em relação aos filhos, hoje estão mais expostos, permitindo que os mesmos possam desfrutar de uma vida mais social, convivendo em sociedade, sendo participativos, deixando de serem totalmente passivos.

## 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH, Tony, e AINSCOW, Mel. **Index Para a Inclusão**: Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 2a. Edição. Edição: UNESCO/CSIE. Tradução: Mônica Pereira dos Santos. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Inclusão**. In: SANTOS, Mônica Pereira; FONSECA, Michele P. S. e MELO, Sandra Cordeiro de. (org) **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

## O JOGO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: mais um instrumento em sala de aula

Adriana Teixeira Vaz<sup>10</sup>

### RESUMO

Este artigo visa analisar o jogo de diferentes perspectivas para uma aplicação como ferramenta pedagógica em sala de aula. Neste estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva com método qualitativo. Procurou como objetivo descrever os jogos como ferramenta pedagógica que contribui para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois o jogo aparece nos primeiros anos de vida servindo como um meio de se relacionar com outros. O estudo apontou que a utilização de jogos na educação é uma estratégia que permite adquirir competências de forma divertida e atraente para os alunos. Principal elemento a recreação como forma de aprendizado. A aprendizagem pode ser uma experiência motivadora se a basearmos em atividades construtivas e lúdicas.

Palavras-chave: Jogos. Atividades Lúdicas. Ensino.

Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the game from different perspectives for an application as a pedagogical tool in the classroom. In this study, through a descriptive bibliographical research with a qualitative method. It aimed to describe the games as a pedagogical tool that contributes to the cognitive development of the child, since the game appears in the first years of life serving as a means of relating with others. The study

pointed out that the use of games in education is a strategy that allows students to acquire skills in a fun and attractive way. Main element to recreation as a way of learning. Learning can be a motivational experience if we base it on constructive and playful activities.

Keywords: Games. Play activities. Teaching. Learning.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o jogo tem sido objeto de

diferentes filosofias e tendências

educacionais, desde a concepção da escola tradicional para a introdução mais inovador do ludomotricidad,

tornando-se uma ferramenta de grande importância

educativa hoje para o grande potencial que apresenta para a aprendizagem.

Com o jogo, todos os participantes se sentem livres e têm a capacidade de fazer o que desejam espontaneamente, enquanto desenvolvem suas qualidades. De fato, toda a equipe de especialistas do mundo da infância concorda com a grande influência que a atividade lúdica tem para o desenvolvimento equilibrado das áreas cognitiva, afetiva e social nas primeiras idades.



<sup>10</sup> Licenciatura em Ciências Biológicas-UFMT; Pós-graduação em Educação Infantil e Alfabetização – ICEN; Mestre em Educação-UPAP- PY.

Por outro lado, embora existam muitas teorias sobre o jogo (Behaviorist-Wundt e Hall-Spencer evolucionistas, funcionalistas-Gross, Psicanalista-Freud, Piaget cognitivas, sócio-histórico-Vigotsky, ecológica Sutton-Smith, etc.), e cada um deles oferece uma contribuição importante.

Portanto, um dos grandes valores do jogo é que ele constitui uma atividade voluntária em que os alunos desenvolvem livremente muitas de suas habilidades, aprendendo a desenvolver habilidades sociais, a viverem novas experiências individualmente ou em conjunto com seus pares, favorecendo a aquisição de linguagem e aumentando seu vocabulário, facilitando o início do diálogo com aqueles com quem ele compartilha o jogo e desenvolve sua criatividade e imaginação.

## 2. O JOGO COMO INSTRUMENTO EM SALA DE AULA

Podemos considerar que o jogo é uma das atividades mais relevantes no processo evolutivo de uma pessoa, pois contribui para o desenvolvimento das seguintes dimensões:

O jogo satisfaz as necessidades de exploração e curiosidade no mundo ao redor da criança. Cria uma sensação de incerteza nas relações com outros pares, com os seus cuidadores e com o mundo exterior. Kishimoto (2017, p.65) escreve que:

[...] O jogo é um contexto de experimentação e descoberta, que permite treinar uma infinidade de habilidades em desenvolvimento referenciadas em todas as áreas: física,

cognitiva, linguística, emocional e social (p.198).

Os valores sociais são trabalhados no jogo. Através deles, as crianças praticam papéis e situações cotidianas para se relacionar com seus pares. Através do jogo eles mostram seu caráter interno. Com o passar do tempo, ele é canalizado para um jogo mais normativo, no qual aparecem papéis de liderança e melhoria. Para resumir, o jogo revela a personalidade da criança e juntos eles deixam valores sociais de trabalho. Com base no exposto, vemos como o jogo pode ser um recurso importante na sala de aula. Observamos que jogando podemos desenvolver um conhecimento e usá-lo para a vida diária. Esse recurso pode ser utilizado pelo professor em suas aulas, mas, normalmente, associamos o jogo com a área de Educação Física. Essa percepção relaciona o jogo com espaço ilimitado e distribuição gratuita. O professor em sua sala de aula tem essas duas variáveis. O aluno pode brincar na sala de aula usando apenas o espaço pessoal da criança e sem se mover pela sala de aula.

O jogo passa por várias etapas na educação. Primeiro, e o mais importante, é a Educação Infantil, que é a base do afeto pessoal e da autonomia. Depois em outra ordem, é importante ressaltar que as crianças nem sempre jogam da mesma forma ao longo da vida. De fato, apesar do fato de as formas de jogo evoluir de acordo com a sua idade, a forma de jogo anterior não desaparece, mas é transformada e torna-se mais complexa.

Nesse sentido, os estágios de desenvolvimento propostos por J. Piaget constituem um bom ponto de partida para identificar que tipo de atividades lúdicas poderíamos colocar em prática com as crianças em seus diferentes momentos evolutivos. Assim, embora seja verdade que, principalmente, assumir que o jogo é uma atividade sempre presente na infância e muito eficaz quando tentamos fazer com que os melhores interesses da criança, após a ampla variedade de capacidades que ajuda a desenvolver em diferentes períodos do desenvolvimento humano, é claro que o jogo é uma ferramenta de ensino que podemos fazer na escola pelas grandes possibilidades oferecidas no processo ensino-aprendizagem das diferentes etapas educacionais.

Em termos da diversidade de jogos existentes, a grande variedade de classificações e tipos deles torna seu desenvolvimento muito extenso; por isso, foi escolhido oferecer uma classificação genérica dos diferentes tipos de jogos seguindo as categorias propostas por Kishimoto (2017) seguindo a nossa análise a partir de um ponto de vista educacional, devemos considerar que o jogo é, em si, um meio de expressão, um instrumento de conhecimento, um meio de socialização, um regulador e compensador de afetividade e instrumento eficaz para o desenvolvimento de estruturas de pensamento; em suma, um meio essencial de organização, desenvolvimento e afirmação da personalidade.

Nesse sentido, Kishimoto (2007) fala como profissionais da educação, para utilizar o jogo como

recursos educativos, em sala de aula devem ser voltados para a adaptação das aulas aos interesses e necessidades dos alunos, promovendo a participação ativa e criativa. Desta forma, os conteúdos e atividades devem ser amplos e variados, oferecendo a maior riqueza de opções possíveis, e promovendo novos e estimulantes espaços que favoreçam a descoberta pelos alunos e estimulem suas habilidades criativas.

Para isso, um dos aspectos de grande importância a considerar no momento da seleção de determinado jogo, é considerar as seguintes variáveis:

- Momento evolutivo dos participantes.
- Características do momento em que o jogo será desenvolvido (tempo, contexto, motivação, etc. ...).
- Objetivos a desenvolver.
- Contexto sociocultural.
- Ritmos de aprendizagem dos destinatários.

Finalmente, e se nosso objetivo é usar o jogo como um recurso educacional, é essencial proceder a uma avaliação dos resultados obtidos para avaliar sua adequação em várias ocasiões.

## **2.7 O JOGO COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM**

Muito embora o jogo enquanto instrumento do processo ensino-aprendizagem venha sendo discutido com maior amplitude na última década, não é uma ferramenta utilizada somente na contemporaneidade é, na verdade um

instrumento educativo que esteve presente em diferentes épocas da história humana e, atravessou os tempos trazendo sempre novidades enquanto facilitador da comunicação na educação infantil.

Ao fazer um traço histórico aponta-se que já na Grécia Antiga, Platão utilizava-se do jogo de desporto como forma de educar e oferecer valor moral. Entre outros povos como os egípcios, romanos e maias, os jogos tinham seu valor na educação por transmitirem valores permitindo que as gerações mais velhas ensinassem aos mais jovens suas tradições e conhecimentos. Foi no período do cristianismo que os jogos como método didático-pedagógico de ensino foram desvalorizados, considerados profanos e pecaminosos (KISHIMOTO, 2017).

No século XVI, os humanistas apresentavam os jogos como instrumentos educativos de valor enquanto propostas pedagógicas em que eram utilizados brinquedos e demais jogos. Rabelais (1494-1553), para ela a matemática, aritmética e geometria poderiam ser ensinadas a partir do jogo de cartas; Jean Jacques Rousseau (1712-1778) considerava que o jogo poderia dar origem na criança ao prazer de aprender; Pestalozzi (1746-1827) acreditava que o uso do jogo na escola permitiria trabalhar conceitos como responsabilidade e, especialmente, as normas de cooperação e trabalho em equipe e; Froebel (1782-1852)

considerava que o jogo era a melhor forma de ativar a criatividade da criança. Além disso, todos os humanistas defendiam que o bom educador se utilizava do jogo como forma de ensinar (BARANITA, 2012).

Outros estudiosos vieram, porém, os benefícios imputados ao jogo na educação das crianças atravessaram séculos e Decroly (1871-1932) utilizou-se de jogos criados por ele para desenvolver em crianças com deficiências a percepção, motricidade e raciocínio; Dewey (1859-1952), considerava que nos jogos a criança era espontânea e, por isso aprenderia com maior naturalidade; Maria Montessori (1870-1952) trouxe os benefícios dos jogos sensoriais; Vygotsky (1896-1934) acreditava que as brincadeiras e dentre elas os jogos poderiam envolver a criança e permitir seu desenvolvimento a partir das influências sociais e Piaget (1896-1980) considerava os jogos como instrumento para o desenvolvimento intelectual (BARANITA, 2012).

Pode-se assim perceber o entendimento de Kishimoto (2017, p. 31) que: “A educação lúdica esteve em todas as épocas, povos, contextos de inúmeros pesquisadores, formando, hoje, uma vasta rede de conhecimentos ao só no campo da educação, da psicologia, fisiologia, como as demais áreas do conhecimento”.

E dentre os instrumentos lúdicos para a educação o uso de jogos e do brincar, permitem o desenvolvimento social, físico, intelectual e afetivo

das crianças, permitindo sua expressão oral e corporal e, seu processo contínuo de aprendizado e busca pelo conhecimento.

Importante salientar que não se podem confundir brinquedos, brincadeiras e jogos, sendo assim, contempla-se que: os brinquedos são os objetos utilizados para as crianças brincar; a brincadeira é o ato de divertimento e, os jogos são brincadeiras que envolvem atividades físicas ou mentais que utilizam brinquedos, mas, se fundamentam em regras que definem o perder e o ganhar como resultados final (BARANITA, 2012).

Sobra a diferença entre brincadeiras e jogos, tem-se o entendimento de Schwartz (2015, p 12) de que: “brincadeira refere-se, basicamente, à ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada; jogo é compreendido como uma brincadeira que envolve regras; brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar.”

Como se observar a brincadeira é realizada de forma mais livre, enquanto os jogos são formas de brincadeiras que possuem regras e, que envolvem as atividades desenvolvidas em duplas ou grupos, o que possibilita a interação social e o aprendizado no campo das relações sociais.

Os benefícios que os jogos podem trazer para o aprendizado das crianças em relação ao seu desenvolvimento social e intelectual estão

envolvidos nessas atividades lúdicas, capazes de melhorar consideravelmente a prática pedagógica. Aponta-se que o uso do lúdico, no caso específico do jogo, está em sintonia com o desenvolvimento da inteligência e da sociabilidade da criança (PIAGET, 1990).

Com relação ao uso de jogos e materiais lúdicos nas crianças, tem-se a existência de três fases: Fase 1 – sensório-motor (até 2 anos), as crianças brincam sozinhas e não têm noção de regras; Fase 2 – pré-operatória (2 a 6/7 anos) surge o conceito de regra e o jogo simbólico e; Fase 3 – operações concretas (7 a 11 anos) a criança é um ser social e sabe jogar em grupo e compreende a existência de regras e de respeito a eles (PIAGET, 2010).

O jogo tem importância em todo o processo de desenvolvimento da criança seja o social, moral, intelectual e cognitivo; constituindo esse um instrumento capaz de possibilitar um meio de comunicação/compreensão da criança em relação ao aprendizado e sua evolução e capacidade de assimilar e transformar a realidade (BARANITA, 2012).

É no mundo imaginário da criança que o jogo se torna um construtor de interações sociais, pois, enquanto a criança joga, brinca e cria um mundo que lhe proporciona vivenciar as relações sociais e a interação com o meio ambiente desenvolvendo-se para a aprendizagem (VYGOTSKY, 2007).

A concepção de que o jogo é resultado da ação social e faz parte da imaginação da criança pode ser observada no contexto de que:

A ação imaginária contribui no desenvolvimento das regras de conduta social, onde as crianças, através da imitação, representam papéis e valores necessários à participação da mesma vida social por elas internalizadas durante as brincadeiras em que imitam comportamentos adultos (VYGOTSKY, 2007, p. 53).

No entendimento de Vygotsky o jogo possui três características essenciais: a imaginação, imitação e as regras. Elementos esses que tornam o jogo um importante instrumento a ser utilizado no desenvolvimento das crianças e nas atividades lúdicas escolares e, também nas famílias, de forma que a criança possa aprender a respeitar regras e conviver melhor com as pessoas e, com isso, desenvolver suas relações sociais.

Para a criança o jogo não constitui uma lembrança do que é vivido, mas sim, vem a ser um instrumento de transformação que lhe permite construir uma nova realidade, em que ela pode produzir mais do que efetivamente se apresenta real, é um processo capaz de construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos e aprendizados (BARANITA, 2012).

O uso do jogo como material lúdico é benéfico também para o professor que tem a oportunidade de avaliar a criança individual e coletivamente, com o desenvolvimento de

atividades que necessita fazer sozinha e outras que precisa trabalhar as relações sociais para construir a partir de regras uma realidade junto a um grupo, fazendo com que a criança se expresse verdadeiramente como se sente em relação a tudo o que vivencia no momento da brincadeira (BARANITA, 2012).

Segundo a concepção de Wallon mesmo que o jogo seja algo que possua regras, a criança ao jogar pode ser livre e, assim como todo o material lúdico, permite a construção e reconstrução de oportunidades, capacidades e habilidades que agregam valores e transformações na vida da criança. Nesse sentido, ao aprender a jogar com as outras crianças, ela está desenvolvendo sua sensibilidade, afetividade e fortalecendo a sua parte emocional, o que vem em benefício do aprendizado. Ainda segundo Wallon os jogos podem ser classificados em quatro categorias: 1. Jogos funcionais; 2. Jogos de ficção; 3. Jogos de aquisição e 4. Jogos de fabricação (BARANITA, 2012).

Os jogos funcionais são realizados pelas crianças até os 7 meses e, vem a ser as formas de movimentos simples e exploração dos sentidos, que lhes permitem conhecer o próprio corpo. Nesse jogo elas mexem braços, mãos e pés, batem nos pés e na cabeça, fazem barulhos com a boca, seguram e deixam cair objetos. Os jogos de ficção, surge aproximadamente aos dois anos, quando passam a usar a imaginação e o faz de

conta, criando novos contextos a partir da realidade que a cerca que ela percebe e analisa em seu mundo imaginário onde cria a liberdade para seus sentimentos de amor, rejeição, medos e cuidados (WALLON, 1981).

Os jogos de aquisição se originam na necessidade de a criança conhecer e compreender o ambiente em que se encontra inserida e os elementos que a rodeiam. Mais tarde ela se interessa por jogos diversos como cartas, dominós, logos e jogos de palavras. Quanto aos jogos de fabricação são jogos que se originam na criatividade, improviso e transformação dos objetos reais em imaginários, como, por exemplo, quando a vassoura vira um cavalo ou a caneta um avião. Esses jogos ocorrem por volta dos 4 anos de idade e, nessa fase a criança passa a desenvolver atividades manuais como criar, juntar e combinar (WALLON, 1981).

Conclui-se que os jogos são atividades extremamente importantes para o desenvolvimento infantil, seja no campo social, moral e intelectual e, eles existem desde o nascimento da criança, com alguns perpetuando por toda a vida, devido a sua adaptabilidade para a vida adulta. Assim, é importante que os professores conheçam qual a melhor fase (idade) da criança para cada jogo e atue com ela fazendo o importante papel de moderador e incentivador das atividades com jogos.

## 2.8. O papel do professor perante o jogo

O jogo enquanto instrumento didático-pedagógico somente alcança os resultados esperados quando o professor conhece o jogo adequado para a idade certa, bem como é participativo na atividade e não apenas um coordenador, ele deve se fazer presente junto a criança, fazendo do jogo um meio de comunicação.

Não existe mais espaço nas escolas para uma forma de educação em que o professor repassa conteúdos e a criança simplesmente recebe e deve aprender esse conhecimento, não existe quem ensina e quem aprende, na verdade todos os atores dessa relação ensinam e aprendem juntos, na construção espontânea de dois atores com papéis ativos (FREIRE, 2011).

O jogo se reveste de importância na educação, com maior ênfase na educação infantil, seja na creche ou na pré-escola, quando constitui uma importante ferramenta de comunicação trabalhada enquanto prática pedagógica, em que a intensão de seu uso é o despertar da criatividade, criticidade e sociabilidade (SERRÃO, 2009).

Quando o jogo passou a ser usado cotidianamente na educação infantil, houve a mudança do papel do professor que deixou de ter uma postura de transmissor/orador em sala de aula e, passou a desempenhar o papel de mediador e incentivado da aprendizagem,

dinamizando o processo ensino-aprendizagem (BARANITA, 2012).

É por meio do brincar e do jogar que o professor tem a oportunidade de conhecer a capacidade e habilidade da criança, preparando para que a mesma possa ter maior nível de construção de conhecimento e aprendizagem, ganhando em autonomia, criatividade e harmonização nas relações sociais. Agindo como articulador e mediador entre o brincar e a criança o professor/educador terá melhores resultados com o aprendizado das crianças (KISHIMOTO, 2007).

Os professores, na contemporaneidade, compreendem os benefícios na educação infantil desenvolvida com o uso de jogos e brincadeiras, no que se relaciona a potencialização da aprendizagem, e na melhoria das relações sociais no ambiente escolar e, conseqüentemente, familiar e social (SERRÃO, 2009).

Para que o professor tenha acesso a toda a informação que pode ser gerada a partir do uso de jogos e outras atividades lúdicas, cabe a ele se apresentar participativo nas brincadeiras, observando, questionando e enriquecendo a aprendizagem da criança a partir de um processo de evolução e desenvolvimento do jogo. (KISHIMOTO, 2007). Assim, tem-se que o educador pode junto a criança observar, orientar e dirigir os jogos, sempre participando ativamente e

servindo como modelo para a criança (BARANITA, 2012).

Para que a criança possa ser atraída e motivada pelo professor para participar dos jogos é importante que o mesmo se envolva no mundo mágico infantil e possa explorar a criatividade das crianças para investir no seu processo de aprendizado, tudo isso em um ambiente agradável e motivador (BARANITA, 2012).

Sobre a relação de professores e alunos e o papel de incentivador do professor tem-se que:

A esperança de uma criança, ao caminhar para a escola é encontrar um amigo, um guia, um animador, um líder; alguém muito consciente e que se preocupe com ela e que a faça pensar, tomar consciência de si e do mundo e que seja capaz de dar-lhe as mãos para construir com ela uma nova história e uma sociedade melhor (SANTOS, 2010, p. 109).

O professor para despertar o amor pelo aprendizado necessita fazer diferentes papéis em sala de aula, sendo especialmente, mediador entre o jogo, o brincar, o conteúdo e todo o processo, oferecendo para criança um ambiente favorável para o aprendizado.

Cabe também ao professor, no momento em que está jogando com a criança proporcionar experiências, que permitam às crianças desenvolver suas capacidades cognitivas, tais como atenção, memória e o raciocínio, para isso precisa promover atitudes estratégicas que

motivem a criança ao jogo, ao brincar e ao aprender (BARANITA, 2012).

Importante ainda comentar que o papel de mediador ativo do professor no ensino com o jogo, gera também trocas afetivas que, permitem o enfrentamento de problemas no ambiente escolar e a solução para evitar frustrações e desafios para as crianças e gerar o encantamento pela escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. **Jogo e educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2017.

BARANITA, I. M. da C. **A importância do jogo no desenvolvimento da criança**. 2012. Disponível em: <<http://www.saosebastiao.sp.gov.br/ef/pages/Corpo/Habilidades/leituras/a1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2010.

PIAGET, J. **Formação do símbolo na criança**. São Paulo: LTC, 2010.

SERRÃO, E. M. F. L. **O educador de infância e o jogo no desenvolvimento da criança**. Dissertação de Mestrado em Educação. Lisboa-Portugal: Universidade de Lisboa, 2009.

SILVA, C. P. da; PRATES, P. R. **Infância de ontem, crianças de hoje**. Dilemas e perspectivas. 2010. Disponível em: <[http://www.omepms.org.br/publicacoes/26/Art%20\(10\).pdf](http://www.omepms.org.br/publicacoes/26/Art%20(10).pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Edições 70, 1981.